



## **PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE**

O Conselho de Administração da Companhia Energética do Ceará (“Coelce” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 26/04/2018, bem como os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia no exercício de 2017, nos termos do item 10, do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009 (Formulário de Referência), anexo I ao presente documento.

### **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

#### **1 - Aprovação das contas dos Administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2017, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes:**

A Administração da Companhia informa, que foram colocados à disposição dos Senhores Acionistas, em 21 de março de 2018, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, BDO RC Auditores Independentes S.S. e o Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31/12/2017, aprovados pela Diretoria da Companhia previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, e à emissão da opinião do Conselho Fiscal, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

#### **2 - Destinação do lucro líquido do exercício de 2017 e a distribuição de dividendos:**

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2017 um lucro líquido de R\$339.957.326,00 (trezentos e trinta e nove milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e vinte e seis reais), dos quais R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais) são referentes aos dividendos prescritos, nos termos do art. 287, II, A, da Lei 6.404/76.

Tendo em vista (i) a faculdade da Companhia prevista no § 1º do artigo 193 da Lei 6.404/76, de deixar de constituir reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76 exceder 30% do capital social, e que (ii) o saldo resultante da soma da reserva de capital mais a reserva legal da Coelce ultrapassa 30% do capital social da Companhia, a Administração propõe não destinar qualquer parcela do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva legal.

Em face do exposto, a Administração propõe aos Acionistas da Companhia que o lucro líquido de R\$339.957.326,00 (trezentos e trinta e nove milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e vinte e seis reais) seja destinado da seguinte forma: (i) o valor de R\$ 84.989.331,00 (oitenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e nove mil, trezentos e trinta e um reais), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) será destinado ao pagamento de dividendos.

O saldo remanescente, no valor de R\$ 254.967.994,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos e sessenta e sete mil, novecentos e noventa e quatro reais), deduzido o valor de R\$ 4.855.454,00 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais), correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho/perda atuarial), será destinado para a conta de reserva de reforço de capital de giro, nos termos do artigo 29, (ii), d) do Estatuto Social da Coelce.

Os dividendos ora propostos serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26/04/2018, e, em sendo aprovados, deverão ter o seu pagamento efetuado até 31.12.2018, sem a incidência de qualquer atualização monetária, aos acionistas titulares de ações da Companhia no final do dia da realização da Assembleia Geral Ordinária que vier a aprovar as Demonstrações Financeiras e a proposta de distribuição do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2017, no valor de R\$ 1,09163194 por ação ordinária, ação preferencial Classe “A” e ação preferencial classe “B”.



Considerando que após a destinação acima, o lucro das reservas de lucros ultrapassará o limite que trata o artigo 199 da Lei de Sociedades Anônimas, propõe-se a capitalização parcial do saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro, no valor de R\$ 125.100.000,00 (cento e vinte e cinco milhões e cem mil reais), sem a emissão de novas ações, que será objeto de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na mesma data.

Encontra-se anexa ao presente documento a proposta de destinação do lucro líquido do exercício com as informações indicadas no Anexo 9-1 II da Instrução CVM nº 481/2009, nos termos do inciso II do parágrafo segundo do art. 9º da referida instrução (Anexo II).

**3 - Eleição, pelo acionista controlador, do Sr. Francesco Amadei para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, em substituição ao Sr. Gianluca Caccialupi, para completar o prazo do mandato do Conselho, a findar na Assembleia Geral Ordinária que vier a ser realizada no ano de 2019.**

Encontram-se anexas ao presente documento (Anexo IV) as informações indicadas no item 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009, relativas ao candidato indicado pelo controlador para compor o Conselho de Administração da Companhia.

**4 - Fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2018:**

Segue abaixo a proposta de remuneração dos administradores.

A proposta de remuneração global anual dos administradores, até a Assembleia Geral Ordinária de 2019, será de até: **R\$ 24.728.439,47** (vinte e quatro milhões, setecentos e vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos).

Encontram-se anexa ao presente documento (Anexo III) as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, conforme artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009.

**5 – Instalação do Conselho Fiscal; eleição dos seus membros e respectivos suplentes e fixação de sua remuneração, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.**

Caso se aprove a instalação do Conselho Fiscal, a administração propõe a eleição dos seguintes candidatos: Srs. Jorge Parente Frota Junior e Antonio Cleber Uchoa Cunha, para ocupar os cargos de Membros Titulares, e Srs. Aldemir Ferreira de Paula Augusto e Antonio Cleto Gomes, para ocupar os cargos de Membros Suplentes.

Caso se aprove a instalação do Conselho Fiscal, a Administração propõe ainda que a Assembleia aprove a proposta de remuneração global dos membros do Conselho Fiscal de até **R\$ 379.560,99**.

A remuneração efetivamente paga ao Conselho Fiscal será o equivalente de 10% da remuneração que, em média, for paga a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, nos termos do artigo 162, §3º da Lei 6.404/76.

Encontram-se anexas ao presente documento (Anexo IV) as informações indicadas no item 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009, relativas aos candidatos indicados pelo controlador para compor o Conselho Fiscal da Companhia.

## **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA**

**1. Aprovação da capitalização parcial do saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. (Vide Anexos V e VI desta proposta da Administração)**

Considerando que após a destinação do lucro líquido do exercício de 2017, o saldo das reservas de lucros ultrapassará o limite de que trata o artigo 199 da Lei de Sociedades Anônimas, a Administração propõe a aprovação da capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, sem a emissão de novas ações, no valor de R\$ 125.100.000,00 (cento e vinte e cinco milhões e cem mil reais). O capital social da Companhia passará de R\$ 615.946.885,77 (seiscentos e quinze milhões, novecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos) para R\$ 741.046.885,77 (setecentos e quarenta e um milhões, quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos), com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.



## Anexo I - Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

### 10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

#### 10.1. Os diretores devem comentar sobre:

##### a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

No curso normal de seus negócios, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados nos últimos três anos, conforme tabela abaixo, o nível de endividamento da Companhia é confortável, e se mantém em patamares conservadores. A Companhia encerrou 2017 com uma alavancagem financeira bruta (Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)) de 0,33 e com o Índice Dívida Bruta / EBITDA (EBITDA e Dívida Bruta acumulado nos últimos 12 meses) em 1,63.

O índice que relaciona a Dívida Líquida pelo EBITDA (Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização), encerrou 2017 em 1,33. O EBITDA acumulado dos 12 últimos meses referente a posição de 31 de dezembro de 2017 aumentou 10,7%, e a dívida líquida aumentou em 16,0%, quando comparado com 2016.

Devido ao baixo nível de alavancagem, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações.

Em novembro de 2017, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings atribuiu o rating Nacional de longo prazo 'AAA(bra)' à Companhia. A perspectiva do rating é estável. E em 21 de fevereiro de 2018, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's Rating Services ("S&P") elevou o rating de crédito corporativo da Coelce de longo prazo na Escala Nacional Brasil de 'brAA-' para 'brAAA'. A perspectiva do rating de longo prazo é estável. Além disso, foi elevado também o rating atribuído à terceira emissão de debêntures de 'brAA-' para 'brAAA'.

Ao final de 2017, a Coelce apresentou um custo da dívida de 9,56% a.a., considerando um período de doze meses, equivalente a CDI – 0,92% a.a. Na composição do portfólio de empréstimos e financiamentos da Companhia, uma parte significativa dos financiamentos foi realizada com bancos de fomento (BNB e BNDES) e com a Eletrobrás, com custos abaixo da média praticada pelo mercado financeiro.

Indicadores de Endividamento	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016	Exercício findo em 31/12/2015
Dívida Bruta / EBITDA*	1,63	1,51	1,99
Dívida Líquida / EBITDA*	1,33	1,27	1,90
EBITDA* / Despesa Fin. Líquida**	8,57	5,59	4,23
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,33	0,32	0,39
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,29	0,28	0,38
Indicadores de liquidez	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016	Exercício findo em 31/12/2015
Liquidez Geral (Ativo Circulante+ativo não circulante)/(Passivo circulante+Passivo não circulante)	1,83	1,89	1,77
Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo Circulante)	0,94	1,07	1,15
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Títulos e Valores Mobiliários/Passivo Circulante)	0,12	0,11	0,05

\*Acumulado dos últimos 12 meses

\*\*Despesa Fin. Líquida = Encargos de Dívida + Variação Monetária + Renda de Aplicações Financeiras

OBS: A Dívida Bruta considera as seguintes contas do Balanço:

- Instrumentos Financeiros Derivativos SWAP, presente tanto no ativo circulante como no não circulante;
- Empréstimos e Financiamentos, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;
- Debêntures, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;

Para se obter a Dívida Líquida, subtrai-se da Dívida Bruta as seguintes contas do ativo circulante:

- Caixa e equivalente de caixa
- Títulos e valores mobiliários



## b. estrutura de capital;

Estrutura de capital – calculada considerando relação: dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)

	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016	Exercício findo em 31/12/2015
Capital Próprio = PL (R\$ mil)	2.582.914	2.313.456	2.005.047
Capital de Terceiros = Dívida Líquida (R\$ mil)	1.054.607	909.156	1.229.680
<b>TOTAL (R\$ mil)</b>	<b>3.637.521</b>	<b>3.222.612</b>	<b>3.234.727</b>
Capital Próprio (%)	71,0%	71,8%	62,0%
Capital de Terceiros (%)	29,0%	28,2%	38,0%

### 2017

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos. Em 31 de dezembro de 2017, 71,0% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 29,0% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital conservadora, denotando baixo risco de crédito.

### 2016

No exercício de 2016, as operações da Companhia foram financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos. Em 31 de dezembro de 2016, 71,8% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 28,2% oriundos de capital de terceiros. Com estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital conservadora, denotando baixo risco de crédito.

### 2015

No exercício de 2015, as operações da Companhia foram financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos. Em 31 de dezembro de 2016, 62% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 38% oriundos de capital de terceiros, proporções que demonstram uma estrutura de capital conservadora, e conseqüentemente, um baixo risco de crédito.

## c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos;

Ao final de 2017, a Companhia cumpriu com todos os *covenants* financeiros assumidos pela Companhia em contratos de financiamentos e emissão de debêntures, conforme apresentados abaixo, indicando situação de liquidez e equilíbrio financeiro:



Repasse BNDES/Itaú CCB	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016	Exercício findo em 31/12/2015
Dívida Bancária Líquida** ÷ EBITDA	Limite Máx. 3,50	0,44	0,77	0,98
Dívida Bancária Líquida ÷ (Dívida Bancária Líquida + Patrimônio Líquido)	Limite Máx. 0,60	0,12	0,19	0,24

Banco do Brasil	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016	Exercício findo em 31/12/2015
Dívida Financeira Líquida ÷ LAJIDA Ajustado	Limite Máx. 3,00	1,24	1,05	1,73

Escritura da 3ª emissão de debêntures	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016	Exercício findo em 31/12/2015
Dívida Financeira Líquida ÷ LAJIDA Ajustado	Limite Máx. 2,50	1,24	1,05	1,73
LAJIDA Ajustado ÷ Despesa Financeira Líquida*	Limite Mín. 2,75	8,95	6,57	4,55

Escritura da 5ª emissão de debêntures	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016	Exercício findo em 31/12/2015
Dívida Financeira Líquida ÷ LAJIDA Ajustado (Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações, provisão para contingências, e provis. para cred. lig. duvidosa)	Limite Máx. 3,50	1,24	-	-

\*Despesa Fin. Líquida = Encargos de Dívida + Variação Monetária - Renda de Aplicações Financeiras

\*\*Dívida Bancária Líquida = Dívida Bancária - Caixa e Equivalente de Caixa - Títulos e Valores Mobiliários - Garantias de Financiamento

A Companhia tem seguido uma estratégia financeira que visa os objetivos principais de: (i) buscar a captação de recursos de longo prazo, para financiar parte relevante dos investimentos, em complementação à geração de caixa interna; (ii) equilibrar o custo financeiro total da dívida; e (iii) preservar seu nível de liquidez que minimize riscos financeiros conjunturais. Considerando o seu perfil de endividamento, a sua capacidade financeira de captação de recursos e de geração de caixa, os diretores entendem que a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

## 2017

Ao final do exercício de 2017, o indicador financeiro Dívida Líquida sobre LAJIDA Ajustado (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou 2017, medindo 1,24, inferior ao seu limite referencial (máximo de 2,5 para a 3ª emissão e de 3,5 para a 5ª emissão das debentures), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e elevada capacidade financeira de honrar com seus compromissos. Adicionalmente, conforme demonstrado pelo índice de alavancagem financeira do contrato de repasse do BNDES (Dívida Bancária Líquida sobre Dívida Bancária Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou 2017 em 0,12 (versus limite referencial de 0,60), os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com mais capital de terceiros no futuro. Observa-se, ainda, por meio do índice de cobertura dos gastos financeiros (Lajida ajustado sobre despesa financeira líquida, demonstrado na tabela acima) o qual encerrou o período em 8,95 (bem acima do limite mínimo de 2,75), que a companhia possui alta capacidade de pagamento dessas despesas financeiras.

## 2016

Ao final do exercício de 2016, o indicador financeiro Dívida Líquida sobre LAJIDA (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou o ano, medindo 1,05, inferior ao seu limite referencial (máximo de 2,5), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e elevada capacidade financeira de pagamento. Adicionalmente, conforme demonstrado pelo índice de alavancagem financeira do contrato de repasse do BNDES (Dívida Bancária Líquida sobre Dívida Bancária Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou o exercício em 0,19 (versus um limite referencial de no máximo 0,60), os diretores entendem que a Companhia encerrou este exercício com um nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações e investimentos com mais capital de terceiros no futuro. Observa-se, ainda, por meio do índice de cobertura dos gastos financeiros (Lajida ajustado sobre despesa financeira líquida, demonstrado na tabela acima) o qual encerrou o período em 6,57, bem acima do limite mínimo de 2,75, que a companhia possui alta capacidade de pagamento dessas despesas.



## 2015

Em 31 de dezembro de 2015, o indicador financeiro Dívida Líquida sobre LAJIDA Ajustado (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia fechou o ano, medindo 1,73, inferior ao seu limite referencial (máximo de 2,5), demonstrando um perfil conservador de endividamento com elevada capacidade financeira de honrar com seus compromissos. Adicionalmente, conforme demonstrado pelo índice de alavancagem financeira do contrato de repasse do BNDES (Dívida Bancária Líquida sobre Dívida Bancária Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou o exercício em 0,24, inferior ao limite referencial 0,60, os diretores entendem que a Companhia fechou o com um nível de endividamento adequado, e portanto, sem dificuldades para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações e investimentos no futuro. Observa-se, ainda, por meio do índice de cobertura dos gastos financeiros (Lajida ajustado sobre despesa financeira líquida, demonstrado na tabela acima) o qual encerrou o período em 4,55, acima do limite mínimo de 2,75, que a companhia possui alta capacidade de pagamento dessas despesas.

### **d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas;**

Nos últimos três últimos exercícios sociais (2015, 2016 e 2017), as necessidades de caixa da Companhia compreenderam: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas; e (iv) dividendos aos acionistas.

Neste período, as fontes de liquidez da companhia corresponderam principalmente a: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) subvenções dos recursos federais do programa Baixa Renda; (iii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com diversos bancos; e (iv) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos correntes (manutenção e expansão).

Os diretores da Companhia esclarecem que os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais têm sido suficientes para a cobertura das necessidades de recursos financeiros, incluindo parte relevante dos investimentos. Todavia, a companhia geralmente busca financiamento por meio de operações bancárias e operações no mercado de capitais, com a finalidade de financiar sua necessidade de recursos, sobretudo para realização de investimentos.

#### **Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017**

No exercício de 2017, foram captados o montante de R\$ 75.000 mil, com recursos do BB Agropecuario, para financiar o capital de giro da Emissora e o montante de R\$ 500.000 mil, com recursos oriundos do mercado de capitais (debentures), para financiar o capital de giro da Companhia, bem como o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimentos nos anos de 2016, 2017 e 2018.

#### **Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016**

No exercício de 2016, foram captados o montante de R\$ 145.147 mil para financiamento de parte do plano de investimentos da Companhia com recursos oriundos de repasses do BNDES.

#### **Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015**

No exercício de 2015, foram captados R\$ 142.541 mil, dos quais R\$ 87.527 mil foram oriundos de fontes bancárias de curto prazo para financiar capital de giro e R\$ 55.013 mil foram recursos oriundos de repasses do BNDES para financiar investimentos da Companhia.

### **e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;**

Para eventuais coberturas do caixa, a companhia poderá utilizar-se de linhas *revolving* de crédito bancário, já contratadas e imediatamente disponíveis, e contas garantidas mantidas para este fim. Em 2017, estas linhas de back-up financeiro somavam R\$ 140.000 mil. Também para capital de giro, a companhia pode fazer uso de empréstimos bancários de curto/médio prazos, e eventualmente operações no mercado de capitais. Tais opções têm se demonstrado plenamente acessíveis à companhia, em decorrência de seu bom perfil de riscos financeiros.



Para execução de investimentos, a Companhia costuma utilizar financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de desenvolvimento, tais como BNDES, BANCO DO NORDESTE e outras entidades de fomento, como ELETROBRÁS e SUDENE, e também a emissão de dívida no mercado de capitais.

## f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

### i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

As informações sobre as operações de empréstimos e financiamentos em moedas nacionais e estrangeiras são:

#### Saldo das operações financeiras (Valores em R\$ mil):

	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016	Exercício findo em 31/12/2015
<b>Moeda Estrangeira</b>			
União Federal - Bônus de Desconto (a)	3.794	3.737	4.471
União Federal - Bônus ao Par (a)	5.481	5.399	6.469
<b>Total Moeda Estrangeira</b>	<b>9.275</b>	<b>9.136</b>	<b>10.940</b>
<b>Moeda Nacional</b>			
<b>Financiamentos</b>	<b>310.510</b>	<b>400.521</b>	<b>320.427</b>
Eletrobrás (b)	29.130	37.430	47.612
Banco do Nordeste - FNE (c)	26.635	47.945	69.254
BNDES FINAME (Capex 2012 - 2013)	22.697	26.823	30.950
BNDES FINEM (Capex 2012 - 2013) - A (d)	33.493	46.357	58.750
BNDES FINEM (Capex 2012 - 2013) - B (d)	33.504	46.371	58.772
BNDES FINEM (Capex 2012 - 2013) - F (d)	743	980	-
BNDES FINEM (Capex 2014 - 2015) - A (e)	68.576	84.898	27.529
BNDES FINEM (Capex 2014 - 2015) - B (e)	78.905	90.109	27.560
BNDES FINAME (Capex 2014 - 2015) (e)	16.827	19.608	-
<b>Empréstimos</b>	<b>329.860</b>	<b>385.913</b>	<b>513.071</b>
Itaú CCB	102.225	156.190	156.299
Banco do Brasil (BB Agropecuário) (f)	227.635	229.723	306.298
Working Capital Santander	-	-	50.474
<b>Total Moeda Nacional</b>	<b>640.370</b>	<b>786.434</b>	<b>833.498</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>649.645</b>	<b>795.570</b>	<b>844.438</b>
<b>Resultado das Operações de Swap</b>	(1465)	-	-
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>648.180</b>	<b>795.570</b>	<b>844.438</b>
<b>Circulante</b>	<b>314.375</b>	<b>240.074</b>	<b>205.505</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>333.805</b>	<b>555.496</b>	<b>638.933</b>
	<b>648.180</b>	<b>795.570</b>	<b>844.438</b>

#### Características das operações financeiras:

a) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) - dívida de médio e longo prazo (DMLPs) – Confissão de dívida a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos, dos quais apenas os subcréditos D-Bond (Bônus de Desconto) e P-Bond (Bônus ao Par) ainda estão vigentes com vencimento previsto para 11 de abril de 2024, e remunerados a Libor + 1,0125% a.a e 6,2% a.a respectivamente, e ambos com variação cambial em dólares norte-americanos.

b) Eletrobrás - Empréstimos contratados para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz para Todos, do Ministério das Minas e Energia - MME, com recursos oriundos dos fundos setoriais RGR (Reserva Global de Reversão) e CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). Tais contratos possuem disposição que impedem a Emissora de assumir de novos compromissos financeiros caso haja descumprimento de *covenants* financeiros.



c) Banco do Nordeste do Brasil – FNE/Proinfra - A Companhia celebrou contratos com o Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento do Capex, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), através da Linha de Crédito do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (Proinfra).

d) Repasse BNDES FINEM/FINAME 2012/2013 – Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia contratado em 28 de junho de 2013, no montante total de R\$ 217.185.448,10, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES. Tais contratos possuem *covenants* financeiros.

e) Repasse BNDES FINEM/FINAME 2014/2015 – Financiamento para o plano de investimento 2014/2015 da Companhia contratado em 08 de outubro de 2015, no montante total de R\$ 215.125.576,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES. Tais contratos possuem *covenants* financeiros.

f) BB Agropecuário – Financiamento destina-se ao apoio financeiro mediante abertura de crédito fixo para comercialização, do insumo energia elétrica, vendido aos produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas ou a suas cooperativas, utilizados diretamente na atividade agropecuária. Tais contratos possuem *covenants* financeiros.

O principal dos empréstimos e financiamentos não circulante, excluindo os efeitos das operações de swap contratados e dos custos de transação, tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

Curva de Amortização dos Emprést. e Financ. - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016	Exercício findo em 31/12/2015
2016	-	-	-
2017	-	-	194.686
2018	-	221.342	194.093
2019	205.251	204.781	177.532
2020	60.685	60.357	33.166
Após 2020	69.334	69.016	39.456
	<b>335.270</b>	<b>555.496</b>	<b>638.933</b>

## Debêntures

Saldo das debêntures emitidas (Valores em R\$ mil):

	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016	Exercício findo em 31/12/2015
1ª Série - 3ª Emissão	-	-	53.576
2ª Série - 3ª Emissão	146.086	284.585	400.133
1ª Série - 5ª Emissão	350.934	-	-
2ª Série - 5ª Emissão	150.511	-	-
(-) Custo de transação	(4.622)	(464)	(819)
<b>Total sem efeito de swap</b>	<b>642.909</b>	<b>284.121</b>	<b>452.890</b>
Resultado das operações de swap	-	-	(3.156)
<b>Total de debentures</b>	<b>642.909</b>	<b>284.121</b>	<b>449.734</b>
<b>Circulante</b>	<b>147.121</b>	<b>143.957</b>	<b>187.136</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>495.788</b>	<b>140.164</b>	<b>262.598</b>
	<b>642.909</b>	<b>284.121</b>	<b>449.734</b>

Características das emissões:

Características	3ª Emissão 1ª Série	3ª Emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografia	Quirografia





Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.400 debêntures simples	29.600 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de outubro de 2011	15 de outubro de 2011
Vencimento inicial	15 de outubro de 2015	15 de outubro de 2016
Vencimento final	15 de outubro de 2016	15 de outubro de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+0,97%aa	6,85%aa
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas Anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

### Características

#### 5ª Emissão 1ª Série

#### 5ª Emissão 2ª Série

Características	5ª Emissão 1ª Série	5ª Emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	350.000 debêntures simples	150.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de dezembro de 2017	15 de dezembro de 2017
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2021	15 de dezembro de 2023
Vencimento final	15 de dezembro de 2022	15 de dezembro de 2024
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	100% CDI + 0,80% a.a	IPCA + 6,0013% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral	Semestral
Amortizações	2 parcelas	2 parcelas
Data das amortizações	2021 e 2022	2023 e 2024

### 3ª Emissão

A 3ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de outubro de 2011, com 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 10 na data de emissão, no montante total de R\$ 400.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 10.400 (dez mil e quatrocentos) debêntures, sem correção monetária, com remuneração em CDI mais 0,97% a.a., exigíveis semestralmente e amortizadas em 02 (duas) parcelas anuais em 15 de outubro de 2015 e 2016.



A segunda série foi emitida com 29.600 (vinte e nove mil e seiscentos) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 6,85% a.a., exigíveis anualmente e amortizadas em 03 (três) parcelas anuais em 15 de outubro de 2016, 2017 e 2018.

Em 26 de setembro de 2014 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão, na qual foram aprovadas as alterações dos textos das Escrituras de Emissão, a fim de modificar a metodologia de cálculo do EBITDA<sup>1</sup>, incluindo em sua composição ajustes positivos e negativos da CVA (ativos e passivos regulatórios), e a eliminação da condição de vencimento antecipado automático para o descumprimento de índices financeiros por dois trimestres consecutivos. A alteração aprovada não modificou o patamar histórico dos *covenants* financeiros e teve como objetivo refletir de forma mais adequada os resultados econômicos da Companhia, eliminando a volatilidade decorrente da exclusão desses ajustes positivos e negativos da CVA, no cálculo do EBITDA para fins de aferição dos índices financeiros exigidos. Em 31 de dezembro de 2014, os ativos e passivos regulatórios foram reconhecidos pela companhia (vide Nota 10 e 26 das demonstrações financeiras).

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Demonstrações Financeiras. Em 2017 a Companhia cumpriu com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

Obrigações especiais financeiras (Debêntures)	Índice
Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,50
EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75

#### 5ª Emissão

A 5ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de outubro de 2017, com 500.000 (quinhentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 500.000.000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 350.000 (trezentos e cinquenta mil) debêntures, sem correção monetária, com remuneração de 100% do CDI mais 0,80% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 02 (duas) parcelas anuais em 15 de dezembro de 2021 e 15 de dezembro de 2022.

A segunda série foi emitida com 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 6,0013% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 02 (duas) parcelas anuais em 15 de dezembro de 2023 e 15 de dezembro de 2024.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2017, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tem como objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, bem como o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimentos da Emissora nos anos de 2016, 2017 e 2018.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Demonstrações Financeiras. No caso das debêntures da 5ª emissão, os índices financeiros, serão exigidos a partir do 1 trimestre de 2018.

Obrigações especiais financeiras (Debêntures - 5ª Emissão)	Índice
Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,50

<sup>1</sup> Conforme definido na escritura de emissão das debêntures, o EBITDA significa o lucro ou prejuízo da Emissora, relativo aos últimos 12 (doze) meses, antes da contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação e amortização e ajustes positivos e negativos da CVA – Conta de Ajustes das Variações da Parcela A, desde que não incluídos no resultado operacional (informações não auditadas).



Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

Curva de Amortização das Debêntures - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2017	Exercício findo em 31/12/2016	Exercício findo em 31/12/2015
2017	-	-	131.269
2018	-	140.164	131.329
2019	(746)	-	-
2020	(746)	-	-
Após 2020	497.280	-	-
	<b>495.788</b>	<b>140.164</b>	<b>262.598</b>

Composição dos empréstimos e financiamentos e debêntures, por tipo de moeda e indexador:

Empréstimo, Financiamento e Debêntures - Custo (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2017	%	Exercício findo em 31/12/2016	%	Exercício findo em 31/12/2015	%
<b>Moeda nacional</b>						
Taxa Fixa	350.050	27,1%	136.741	12,7%	203.272	15,7%
TJLP	136.316	10,6%	178.606	16,5%	145.051	11,2%
Selic	78.905	6,1%	90.109	8,3%	27.560	2,1%
CDI	349.578	27,1%	385.913	35,7%	513.685	39,7%
TR	75.848	5,9%	0	0,0%	0	0,0%
IPCA	296.598	23,0%	284.585	26,4%	400.133	30,9%
Libor	3.794	0,4%	3.737	0,4%	4.471	0,4%
<b>Total</b>	<b>1.291.089</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.079.691</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.294.172</b>	<b>100,0%</b>

*ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras;*

A Companhia mantém contratos de financiamento de longo prazo com os bancos ITAÚ BBA, SANTANDER, BRADESCO e BANCO DO BRASIL (sindicato de repasse BNDES), BANCO DO NORDESTE, ITAÚ BBA e BANCO DO BRASIL. Diversos outros bancos, nacionais e estrangeiros, mantêm contatos frequentes com a Companhia, a maioria dos quais com limites de crédito abertos, ou com a perspectiva firme de aprovação de limites de crédito, para a realização de operações de crédito, operações de hedge ou emissão de garantias. A Companhia possui relacionamento de longo prazo com diversas instituições financeiras, na parte de serviços bancários, incluindo contratos de arrecadação de faturas de energia e sistemas de pagamento, emissão de fianças bancárias e também para a realização de investimentos financeiros (disponibilidades de caixa), incluindo fundos de investimentos, sempre com perfil de baixo risco e de alta liquidez.

*iii. grau de subordinação entre as dívidas;*

A Diretoria entende que não há condição de subordinação entre as dívidas vigentes na Companhia nos últimos três exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

Entretanto, a Companhia possui dívidas de natureza quirográfrica e de natureza real, sendo que em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, as garantias reais eram compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios (recebíveis) para financiamentos do BNDES, da Eletrobrás, do Banco do Nordeste e da União Federal.

Em eventual concurso universal de credores, na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a subordinação entre as obrigações registradas no passível exigível acontecerá de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que atualmente compõe a seguinte ordem de preferência: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) crédito quirográfrica; (vi) créditos subordinados; e (viii) dividendos e juros sobre capital próprio.

*iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições;*

A Companhia mantém contratos de financiamento e escritura de emissão de debêntures com estabelecimento de *covenants* financeiros ( $Dívida Financeira Líquida \div EBITDA \leq 2,5$ ;  $EBITDA \div Despesa Financeira Líquida \geq 2,75$  – para as



debêntures da 3ª Emissão;  $(\text{Dívida Financeira Líquida} \div \text{EBITDA}) \leq 3,5$  - para as debêntures da 5ª Emissão;  $\text{Dívida Líquida} \div \text{LAJIDA} \leq 3,5$ ;  $\text{Dívida Líquida} \div (\text{Dívida Líquida} + \text{PL}) \leq 0,6$  - para o Contrato de Repasse BNDES);  $\text{Dívida Líquida} \div \text{LAJIDA} \leq 3,0$  - para o contrato BB Agropecuário. Pelos contratos de financiamento com BNB e Eletrobrás, há possíveis restrições quanto a distribuição de dividendos em caso de *default* pecuniário com estes contratos.

Nos contratos BNB e com recursos de repasse BNDES, há obrigação da anuência prévia ao credor para eventos de mudança do controle acionário da Companhia, assim como com o Banco do Brasil e nas debêntures, em casos específicos.

Os principais contratos de financiamento de longo prazo da Companhia contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a antecipação do vencimento de outros contratos.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (*covenants* financeiros) mencionados acima, nem apresenta risco de descumprimento. Adicionalmente, não há registro de qualquer *default* contratual por parte da Companhia.

Segue no quadro abaixo os contratos financeiros da Companhia e suas cláusulas restritivas e de vencimento antecipado cruzado:



N.º	Contrato	Outra Parte	Principais Cláusulas Contratuais Restritivas
1.	Cédula de Crédito Bancário para Financiamento mediante repasse contratado com o banco nacional de desenvolvimento econômico e social – BNDES n.º 003150004152100	BNDES (Itaú e Santander, como agentes financeiros)	<p><u>Limite de endividamento:</u> (a) Dívida Líquida/LA.JIDA <math>\leq</math> 3,5; e (b) Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL) <math>\leq</math> 0,6.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Incorporação da Beneficiária por outra sociedade, cisão ou fusão da Beneficiária, alteração do controle acionário indireto da Beneficiária, sem a prévia anuência dos Agentes Financeiros, exceto no caso em que o novo controlador indireto tenha rating corporativo atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard &amp; Poors inferior em até 1 nível (notch) em relação ao rating global da Enersis S.A. ("Enersis"), desde que o rating do novo controlador se mantenha no nível de "grau de investimento" atribuído pelas agências supra mencionadas. Para fins deste item, haverá alteração do controle acionário indireto da Beneficiária se a Enersis deixar de ser a controladora indireta.</p> <p>Adicionalmente, o controle efetivo, direto ou indireto, da Beneficiária sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES.</p> <p><u>Objeto Social:</u> Não alterar, sem prévia e expressa anuência do BNDES e dos Agentes Financeiros, o seu objeto social.</p> <p><u>Novas Dívidas:</u> Não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir valores mobiliários e partes beneficiárias nem assumir novas dívidas, sem prévia autorização dos Agentes Financeiros. Não se incluem nas dívidas aqui referidas (i) os empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária da Beneficiária ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material e (ii) os descontos de efeitos comerciais de que a Beneficiária seja titular resultantes de venda ou prestação de serviços.</p> <p><u>Vencimento Antecipado Cruzado:</u> Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou integrante do Grupo Econômico que a Beneficiária pertença. Adicionalmente, inadimplemento ou decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).</p>
2.	Contrato de Abertura de Crédito para mediante repasse contratado com o banco nacional de desenvolvimento econômico e social – BNDES n.º 000050004263300	BNDES (Itaú, Santander, Bradesco e Banco do Brasil, como agentes financeiros)	<p><u>Limite de endividamento:</u> (a) Dívida Líquida/LA.JIDA <math>\leq</math> 3,5; e (b) Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL) <math>\leq</math> 0,6.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Incorporação da Beneficiária por outra sociedade, cisão ou fusão da Beneficiária, alteração do controle acionário indireto da Beneficiária, sem a prévia anuência dos Agentes Financeiros, exceto no caso em que o novo controlador indireto tenha rating corporativo atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard &amp; Poors inferior em até 1 nível (notch) em relação ao rating global da Enersis S.A. ("Enersis"), desde que o rating do novo controlador se mantenha no nível de "grau de investimento" atribuído pelas agências supra mencionadas. Para fins deste item, haverá alteração do controle acionário indireto da Beneficiária se a Enersis deixar de ser a controladora indireta.</p> <p>Adicionalmente, o controle efetivo, direto ou indireto, da Beneficiária sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BNDES.</p> <p><u>Objeto Social:</u> Não alterar, sem prévia e expressa anuência do BNDES e dos Agentes Financeiros, o seu objeto social.</p> <p><u>Novas Dívidas:</u> Não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir valores mobiliários e partes beneficiárias nem assumir novas dívidas, sem prévia autorização dos Agentes Financeiros. Não se incluem nas dívidas aqui referidas (i) os empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária da Beneficiária ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material e (ii) os descontos de efeitos comerciais de que a Beneficiária seja titular resultantes de venda ou prestação de serviços.</p> <p><u>Vencimento Antecipado Cruzado:</u> Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou integrante do Grupo Econômico que a Beneficiária pertença. Adicionalmente, inadimplemento ou decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).</p>



N.º	Contrato	Outra Parte	Principais Cláusulas Contratuais Restritivas
3.	Cédula de Crédito Bancário n.º 100114030007900	Itaú	<p><u>Limite de endividamento:</u> (a) Endividamento Líquido / LAJIDA <math>\leq</math> 3,5, e (b) Endividamento Financeiro Líquido / (Endividamento Financeiro Líquido + Patrimônio Líquido) <math>\leq</math> 0,60.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> se houver alteração ou modificação da composição do capital social da Emitente, ou se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão da Emitente, sem a prévia e expressa anuência do Credor; estando a anuência dispensada se a operação não resultar em mudança, transferência ou cessão direta ou indireta, do controle societário/acionário da Emitente, atualmente detido pela Enresa Brasil S.A..</p> <p><u>Objeto Social:</u> mudança ou alteração do objeto social, de forma a alterar as atividades principais da Emitente ou agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvio em relação às atividades atualmente desenvolvidas.</p> <p><u>Vencimento Antecipado Cruzado:</u> Inadimplemento pela Emitente em qualquer contrato celebrado com o Credor, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais). Inadimplemento, não pecuniário, em qualquer contrato celebrado com o Credor, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).</p>
4.	Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da COELCE	Oliveira Trust	<p><u>Limite de endividamento:</u> (a) Dívida Financeira Líquida / EBITDA <math>\leq</math> 2,50, e (b) EBITDA / Despesa Financeira Líquida <math>\geq</math> 2,75.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> alteração do controle acionário indireto da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto nos casos em que: (i) o novo controlador indireto tenha <i>rating</i> corporativo mínimo, atribuído pela <i>Fitch Ratings</i> ("Fitch"), <i>Moody's Investors Service</i> ("Moody's") ou <i>Standard &amp; Poor's Rating Services</i> ("S&amp;P"), equivalente a 1 nível (<i>notch</i>) e menos em relação ao <i>rating</i> global da Enersis S.A. ("Enersis") e (ii) a alteração do controle acionário indireto não resulte em rebaixamento do <i>rating</i> da Emissão em mais de 1 (um) nível (<i>notch</i>). Para fins deste item, haverá alteração do controle acionário indireto da Emissora se a Enersis deixar de ser a controladora indireta da Emissora.</p> <p><u>Cisão, Fusão e Incorporação:</u> sem prejuízo do disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, incorporação da Emissora por outra sociedade, cisão ou fusão da Emissora, exceto nos casos em que a incorporação, cisão ou fusão não resulte em rebaixamento do <i>rating</i> da Emissão em mais de 1 (um) nível (<i>notch</i>).</p> <p><u>Dividendos:</u> A Emissora não poderá realizar o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza aos seus acionistas, ressaltados os pagamentos previstos no artigo 202 da Lei das S/A, em caso de mora dos pagamentos das debêntures ou seja declarado o vencimento antecipado das debêntures.</p> <p><u>Vencimento Antecipado Cruzado:</u> decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira ou qualquer acordo do(s) qual(is) a Emissora seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).</p> <p>Inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer (quaisquer) acordo(s) do(s) qual(is) a Emissora seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).</p>



N.º	Contrato	Outra Parte	Principais Cláusulas Contratuais Restritivas
5.	Proposta de Abertura de Limite de Crédito para a estruturação de operações de captação de recurso.	Safra	<p><b>Limite de endividamento:</b> (a) Dívida Financeira Líquida / EBITDA <math>\leq</math> 2,5, e (b) EBITDA / Despesa Financeira Líquida <math>\geq</math> a 2,75.</p> <p><b>Transferência de Controle:</b> se, sem o exposto consentimento do Safra, tiverem total ou parcialmente, o seu controle acionário cedido, transferido ou por qualquer outra forma alienado ou modificado direta ou indiretamente ou qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão, ou qualquer outro tipo de reorganização ou transformação societária, estando a anuência dispensada se as operações não resultarem em mudança, transferência ou cessão do controle societário/acionário da Emitente, atualmente detido pela Enersis Américas.</p> <p><b>Oneração de Ativos:</b> se vender(em) (ainda que sob a forma da <i>safe leaseback</i>), transmitir(em), transferir(em) ou de qualquer forma alienar(em) ou onerar(em) mais de 20% dos bens de seu ativo permanente sem a prévia e expressa anuência do Safra, salvo se estes forem inservíveis ou obsoletos, em caso de sua substituição por novos de idêntica finalidade, ou, ainda, se estes forem objeto de garantia de financiamentos contratados junto ao, ou com recursos provenientes do BNDES.</p> <p><b>Vencimento Antecipado Cruzado:</b> declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida de responsabilidade da Coelce no valor individual ou agregado igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).</p>
6.	Cédula de Crédito Bancário – Conta Garantida Simplificada – N.º 3469911	Bradesco	<p><b>Transferência de Controle:</b> se houver alteração ou modificação da composição do capital social da Emitente, ou se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, ou ainda a incorporação fusão ou cisão da Emitente, sem a prévia e expressa anuência do Credor, estando a anuência dispensada se a operação não resultar em mudança, transferência ou cessão direta ou indireta, do controle societário/acionário da Emitente, atualmente detido pela Enel Brasil S.A.</p> <p><b>Vencimento Antecipado Cruzado:</b> figurar como devedor em situação de mora ou de inadimplemento junto ao Credor.</p>
7.	Cédula de Crédito Bancário No. 21/00838-8	Banco do Brasil	<p><b>Limite de endividamento:</b> Endividamento Financeiro Líquido / EBITDA máximo de 3,0 vezes.</p> <p><b>Transferência de Controle:</b> Transferirmos o controle de nosso capital, inclusive mediante fusões, cisões ou incorporações, salvo se o referido controle for transferido para a Endesa Brasil, sem a expressa concordância do Banco do Brasil.</p> <p><b>Vencimento Antecipado Cruzado:</b> Inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).</p>
8.	Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção – 2º Tranche ECFS-2503/2005	Eletrobrás	<p><b>Limite de endividamento:</b> Dívida Líquida / EBITDA superior a 3,0.</p> <p><b>Dividendos:</b> não declarar ou pagar dividendos acima do mínimo obrigatório, autorizar ou efetuar qualquer outra distribuição, por conta de qualquer espécie ou classe de ações, exceto na hipótese de reavaliação de ativo, nem efetuar qualquer operação com referência a ditas ações, no caso de descumprimento das obrigações previstas no contrato ou nas condições gerais.</p>
9.	Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção – 3º Tranche ECFS-178/2007	Eletrobrás	<p><b>Limite de endividamento:</b> Dívida Líquida / EBITDA superior a 3,0.</p> <p><b>Dividendos:</b> não declarar ou pagar dividendos acima do mínimo obrigatório, autorizar ou efetuar qualquer outra distribuição, por conta de qualquer espécie ou classe de ações, exceto na hipótese de reavaliação de ativo, nem efetuar qualquer operação com referência a ditas ações, no caso de descumprimento das obrigações previstas no contrato ou nas condições gerais.</p>
10.	Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção – 4º Tranche ECFS-244/2008	Eletrobrás	<p><b>Limite de endividamento:</b> Dívida Líquida / EBITDA superior a 3,0.</p> <p><b>Dividendos:</b> não declarar ou pagar dividendos acima do mínimo obrigatório, autorizar ou efetuar qualquer outra distribuição, por conta de qualquer espécie ou classe de ações, exceto na hipótese de reavaliação de ativo, nem efetuar qualquer operação com referência a ditas ações, no caso de descumprimento das obrigações previstas no contrato ou nas condições gerais.</p>



N.º	Contrato	Outra Parte	Principais Cláusulas Contratuais Restritivas
11.	Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção – ECFS-265/2009	Eletróbrás	<p><u>Limite de endividamento:</u> Dívida Líquida / EBITDA superior a 3,0.</p> <p><u>Dividendos:</u> não declarar ou pagar dividendos acima do mínimo obrigatório, autorizar ou efetuar qualquer outra distribuição, por conta de qualquer espécie ou classe de ações, exceto na hipótese de reavaliação de ativo, nem efetuar qualquer operação com referência a ditas ações, no caso de descumprimento das obrigações previstas no contrato ou nas condições gerais.</p>
12.	Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção – 6º Tranche ECFS-292/2010	Eletróbrás	<p><u>Limite de endividamento:</u> Dívida Líquida / EBITDA superior a 3,0.</p> <p><u>Dividendos:</u> não declarar ou pagar dividendos acima do mínimo obrigatório, autorizar ou efetuar qualquer outra distribuição, por conta de qualquer espécie ou classe de ações, exceto na hipótese de reavaliação de ativo, nem efetuar qualquer operação com referência a ditas ações, no caso de descumprimento das obrigações previstas no contrato ou nas condições gerais.</p>
13.	Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção – 7º Tranche ECFS-310/2010	Eletróbrás	<p><u>Limite de endividamento:</u> Dívida Líquida / EBITDA superior a 3,0.</p> <p><u>Dividendos:</u> não declarar ou pagar dividendos acima do mínimo obrigatório, autorizar ou efetuar qualquer outra distribuição, por conta de qualquer espécie ou classe de ações, exceto na hipótese de reavaliação de ativo, nem efetuar qualquer operação com referência a ditas ações, no caso de descumprimento das obrigações previstas no contrato ou nas condições gerais.</p>
14.	Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular n.º 16.2020.5014.5425	BNB	<p><u>Transferência de Controle:</u> submeter à aprovação do BNB propostas de matérias concernentes à cisão, fusão, incorporação envolvendo o Emitente/Creditado, ou qualquer outro ato que importe ou que possa vir a importar em modificações na sua atual configuração societária, alteração na composição do capital social votante ou em transferência do controle acionário direto da Creditada nos termos da Lei nº 6.404/76, exceto se decorrente de obrigação legal ou regulamentar imposta pela ANEEL, ou se alteração societária significar a transferência do controle direto para a Endesa Brasil S.A..</p> <p><u>Dividendos:</u> excetuadas as distribuições de dividendos mínimos obrigatórios por lei, limitar a distribuição de dividendos aos seus acionistas somente se o Emitente/Creditado estiver com todas suas obrigações adimplidas junto ao BNB.</p>
15.	Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (três) séries para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Companhia Energética do Ceará - COELCE.	Pentágono S.A	<p><u>Limite de endividamento:</u> Dívida Financeira Líquida / EBITDA não deverá ser maior que 3,50, por 2 trimestres consecutivos, exigível a partir do 1 trimestre de 2018 até a data de vencimento da Escritura.</p> <p><u>Transferência de Controle:</u> Alteração do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto no caso em que a alteração do controle acionário não resulte em rebaixamento do <b>rating</b> da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch), conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard &amp; Poor's. Para fins deste subitem, somente haverá alteração do controle acionário da Emissora se a Fiadora deixar de ser a controladora direta ou indireta da Emissora;</p> <p><u>Cisão, Fusão e Incorporação:</u> sem prejuízo do disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, incorporação da Emissora por outra sociedade, cisão, fusão ou incorporação de ações da Emissora, exceto nos casos em que a incorporação, cisão, fusão ou incorporação de ações não resulte em rebaixamento do <b>rating</b> da Emissão em mais de 1 (um) nível (notch) conforme rating atribuído pela Fitch, Moody's ou Standard &amp; Poor's</p> <p><u>Ordem de Pagamento por decisão judicial:</u> Descumprir ordem de pagamento de quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou a Fiadora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 70.000.00 (setenta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda.</p> <p><u>Vencimento Antecipado Cruzado:</u> decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira que esteja sujeita a Emissora e/ou a Fiadora, ou qualquer acordo do(s) qual(is) a Emissora seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), exceto de sanado no prazo máximo de 3 dias úteis contados do inadimplemento, ou por medidas legais e/ou judiciais.</p> <p><u>Protesto de Títulos:</u> contra a Emissora existe protesto de títulos com valor não pago, individual ou agregado, maior que R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), não regularizado em 15 dias úteis contados da data do respectivo protesto</p>





## g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados;

### Financiamentos e empréstimos de longo prazo contratados com percentuais utilizados nos três últimos exercícios sociais (2017, 2016, 2015):

Contratos	Objeto	Valor Total (R\$ mil)	Plano de Investimento	Data de contratação	Desembolso em 2015	Desembolso em 2016	Desembolso em 2017	Desembolso total	Garantias
<b>Financiamentos</b>									
BNDES (Capex 2012-2013)**	Financiamento do CAPEX	217.185	2012/2013	28/08/2013	0%	0%	0%	89%	Recebíveis
BNDES (Capex 2014-2015)	Financiamento do CAPEX	215.126	2014/2015	28/12/2015	26%	66%	0%	92%	Recebíveis
Eletrobras**	Luz Para Todos	134.085	2004	03/03/2000	0%	0%	0%	86%	Recebíveis e nota promissória
Banco do Nordeste – FNE**	FNE/PROINFRA	106.187	2011	29/12/2004	0%	0%	0%	100%	Recebíveis, fiança bancária e conta reserva
<b>Empréstimos</b>									
Bônus de Desconto e Bônus ao Par**	Refinanciamento dívida	* 3.001	-	17/08/1997	0%	0%	0%	100%	Recebíveis e conta reserva
Itaú CCB	Capital de giro	150.000	-	20/03/2014	0%	0%	0%	100%	-
BB Agropecuário	Capital de giro	300.000	-	12/11/2014	0%	0%	0%	100%	-

\*Valor em reais convertido pela taxa do dia da liberação 1,0808

\*\* Recursos liberados e utilizados em exercícios anteriores a 2015

Os financiamentos contratados especificados na tabela acima (em R\$ mil) tiveram seus recursos liberados, nos respectivos períodos demonstrados, com o objetivo de financiar projetos de investimentos relacionados a conexão de novos clientes, expansão da rede elétrica no Estado do Ceará, melhoria da qualidade do serviço e combate ao furto e perdas de energia. Os percentuais não liberados relativos a BNDES e Eletrobrás refere-se a investimentos descritos inicialmente no plano de investimentos da Companhia, cuja execução não foi realizada em decorrência da substituição por outros projetos prioritários não contidos no projeto de financiamento ou por adiamento no prazo de execução dos projetos, o que tornou inviável a comprovação do investimento para permitir a liberação dos recursos por parte dos financiadores dentro dos prazos estabelecidos.

Os Diretores esclarecem que os empréstimos captados foram utilizados para financiar capital de giro e, eventualmente, refinar dívidas com vencimentos no curto prazo.

#### Exercício social findo em 31/12/2017

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 500 milhões de recursos contratados junto ao mercado de capitais, para financiar investimentos realizados pela Companhia, principalmente, na expansão e melhoria da rede elétrica, dentre outros projetos.

#### Exercício social findo em 31/12/2016

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 145 milhões de recursos contratados junto ao BNDES, corresponde a 66% do montante contratado, para financiar investimentos realizados pela Companhia, principalmente, na expansão e melhoria da rede elétrica, dentre outros projetos.

#### Exercício social findo em 31/12/2015

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 55 milhões de recursos contratados junto ao BNDES, corresponde a 26% do montante contratado, para financiar investimentos realizados pela Companhia, principalmente, na expansão e melhoria da rede elétrica,



## h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal	Exercício social findo em 31/12/2017		Exercício social findo em 31/12/2016		Exercício social findo em 31/12/2015		Var. % 2017 x 2016	Var. % 2016 x 2015
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%		
<b>Receita Operacional</b>	<b>6.858.949</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.381.452</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.314.514</b>	<b>100,0%</b>	<b>7,5%</b>	<b>1,1%</b>
Fornecimento de energia elétrica	5.320.535	77,6%	5.399.477	84,6%	4.758.742	75,4%	-1,5%	13,5%
Ativos e passivos financeiros setoriais	137.222	2,0%	(182.710)	-2,9%	557.910	8,8%	-175,1%	-132,7%
Subvenção Baixa Renda	200.012	2,9%	191.538	3,0%	185.946	2,9%	4,4%	3,0%
Subvenção CDE - Desconto tarifário	249.949	3,6%	262.091	4,1%	222.857	3,5%	-4,6%	17,6%
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	183.110	2,7%	132.426	2,1%	100.909	1,6%	38,3%	31,2%
Receita de Construção	693.883	10,1%	506.523	7,9%	412.799	6,5%	37,0%	22,7%
Outras Receitas	74.238	1,1%	72.107	1,1%	75.351	1,2%	3,0%	-4,3%
<b>Deduções da Receita</b>	<b>(2.264.530)</b>	<b>-33,0%</b>	<b>(2.284.006)</b>	<b>-35,8%</b>	<b>(2.184.350)</b>	<b>-34,6%</b>	<b>-0,9%</b>	<b>4,6%</b>
ICMS	(1.314.438)	-19,2%	(1.320.675)	-20,7%	(1.231.703)	-19,5%	-0,5%	7,2%
COFINS	(474.222)	-6,9%	(447.311)	-7,0%	(472.537)	-7,5%	6,0%	-5,3%
PIS	(102.956)	-1,5%	(97.114)	-1,5%	(102.600)	-1,6%	6,0%	-5,3%
Programa de eficiência energética e P&D	(38.354)	-0,6%	(39.580)	-0,6%	(32.159)	-0,5%	-3,1%	23,1%
Encargo CDE e outros encargos	(327.710)	-4,8%	(373.482)	-5,9%	(340.375)	-5,4%	-12,3%	9,7%
Outros impostos e contribuições a receita	(6.850)	-0,1%	(5.844)	-0,1%	(4.976)	-0,1%	17,2%	17,4%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>4.594.419</b>	<b>67,0%</b>	<b>4.097.446</b>	<b>64,2%</b>	<b>4.130.164</b>	<b>65,4%</b>	<b>12,1%</b>	<b>-0,8%</b>
<b>Custo do Serviço / Despesa Operacional</b>	<b>(3.975.970)</b>	<b>-58,0%</b>	<b>(3.538.307)</b>	<b>-55,4%</b>	<b>(3.625.638)</b>	<b>-57,4%</b>	<b>12,4%</b>	<b>-2,4%</b>
<b>Custos e despesas não gerenciáveis</b>	<b>(2.530.285)</b>	<b>-36,9%</b>	<b>(2.225.921)</b>	<b>-34,9%</b>	<b>(2.513.595)</b>	<b>-39,8%</b>	<b>13,7%</b>	<b>-11,4%</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.385.638)	-34,8%	(2.051.697)	-32,2%	(2.315.396)	-36,7%	16,3%	-11,4%
Encargo do Uso da Rede Elétrica	(144.647)	-2,1%	(174.224)	-2,7%	(198.199)	-3,1%	-17,0%	-12,1%
<b>Custos e despesas gerenciáveis</b>	<b>(1.445.685)</b>	<b>-21,1%</b>	<b>(1.312.386)</b>	<b>-20,6%</b>	<b>(1.112.043)</b>	<b>-17,6%</b>	<b>10,2%</b>	<b>18,0%</b>
Pessoal	(161.338)	-2,4%	(152.734)	-2,4%	(171.001)	-2,7%	5,6%	-10,7%
Material e Serviços de Terceiros	(342.888)	-5,0%	(313.521)	-4,9%	(276.989)	-4,4%	9,4%	13,2%
Depreciação e Amortização	(174.375)	-2,5%	(156.750)	-2,5%	(144.262)	-2,3%	11,2%	8,7%
Custos de Desativação de Bens	(22.165)	-0,3%	(48.702)	-0,8%	(16.544)	-0,3%	-54,5%	194,4%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(33.044)	-0,5%	(113.331)	-1,8%	(29.465)	-0,5%	-70,8%	284,6%
Provisões para Contingências	(2.159)	0,0%	(13.148)	-0,2%	(18.521)	-0,3%	-83,6%	-29,0%
Custo de Construção	(693.883)	-10,1%	(506.523)	-7,9%	(412.799)	-6,5%	37,0%	22,7%
Outras Despesas Operacionais	(62.867)	-0,9%	(54.294)	-0,9%	(42.462)	-0,7%	15,8%	27,9%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	47.034	0,7%	46.617	0,7%	-	0,0%	0,9%	N.A
<b>EBITDA</b>	<b>792.824</b>	<b>11,6%</b>	<b>715.889</b>	<b>11,2%</b>	<b>648.788</b>	<b>10,3%</b>	<b>10,7%</b>	<b>10,3%</b>
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>618.449</b>	<b>9,0%</b>	<b>559.139</b>	<b>8,8%</b>	<b>504.526</b>	<b>8,0%</b>	<b>10,6%</b>	<b>10,8%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(75.968)</b>	<b>-1,1%</b>	<b>(73.001)</b>	<b>-1,1%</b>	<b>(64.175)</b>	<b>-1,0%</b>	<b>4,1%</b>	<b>13,8%</b>
Receita Financeira	93.048	1,4%	154.315	2,4%	188.994	3,0%	-39,7%	-18,3%
Renda de aplicação financeira	9.562	0,1%	34.164	0,5%	14.379	0,2%	-72,0%	137,6%
Juros e atualização monetária sobre impuntualidade de clientes	31.960	0,5%	30.137	0,5%	62.372	1,0%	6,0%	-51,7%
Receita de ativo indenizável	41.331	0,6%	52.850	0,8%	41.381	0,7%	-21,8%	27,7%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	0	0,0%	8.547	0,1%	45.047	0,7%	-	-81,0%
Variações monetárias de dívida	2.165	0,0%	7.927	0,1%	0	0,0%	-72,7%	-
Outras receitas financeiras	8.030	0,1%	20.690	0,3%	25.815	0,4%	-61,2%	-19,9%
Despesas financeiras	(169.016)	-2,5%	(227.316)	-3,6%	(253.169)	-4,0%	-25,6%	-10,2%
Variações monetárias de Dívida	(10.082)	-0,1%	(33.747)	-0,5%	(41.587)	-0,7%	-70,1%	-18,9%
Encargos de Dívidas	(94.149)	-1,4%	(128.538)	-2,0%	(126.081)	-2,0%	-26,8%	1,9%
Encargos fundo de pensão	(10.570)	-0,2%	(11.522)	-0,2%	(9.722)	-0,2%	-8,3%	18,5%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(10.502)	-0,2%	-	0,0%	-	0,0%	-	-
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(14.612)	-0,2%	(30.303)	-0,5%	(28.496)	-0,5%	-51,8%	-
Atualização de Impostos, P&D/PEE	(2.742)	0,0%	(6.944)	-0,1%	(7.146)	-0,1%	-60,5%	-2,8%
Outras Multas	(10.635)	-0,2%	(3.194)	-0,1%	(15.327)	-0,2%	233,0%	-79,2%
Outras despesas financeiras	(15.724)	-0,2%	(13.068)	-0,2%	(24.810)	-0,4%	20,3%	-47,3%
<b>Lucro Antes dos Tributos e Participações</b>	<b>542.481</b>	<b>7,9%</b>	<b>486.138</b>	<b>7,6%</b>	<b>440.351</b>	<b>7,0%</b>	<b>11,6%</b>	<b>10,4%</b>
<b>Tributos e Outros</b>	<b>(106.702)</b>	<b>-1,6%</b>	<b>(93.081)</b>	<b>-1,5%</b>	<b>(77.281)</b>	<b>-1,2%</b>	<b>14,6%</b>	<b>20,4%</b>
IR e CSLL	(195.839)	-2,9%	(168.728)	-2,6%	(143.911)	-2,3%	16,1%	17,2%
Incentivo fiscal SUDENE	95.878	1,4%	83.012	1,3%	74.679	1,2%	15,5%	11,2%
Amortização do Ágio e Reversão da Provisão	(6.741)	-0,1%	(7.365)	-0,1%	(8.049)	-0,1%	-8,5%	-8,5%
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>435.779</b>	<b>6,4%</b>	<b>393.057</b>	<b>6,2%</b>	<b>363.070</b>	<b>5,7%</b>	<b>10,9%</b>	<b>8,3%</b>



### Comparativo do Resultado de 2017 x 2016

A Coelce encerrou 2017 com 4.016.768 unidades consumidoras (“consumidores”), 3,3% superior em relação ao número de consumidores registrado ao final do mesmo período do ano anterior. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda) e comercial, com mais 62.903 e 796 novos consumidores\*, respectivamente.

Essa evolução reflete o crescimento vegetativo do mercado cativo da Coelce, impulsionado pelo crescimento econômico do Estado do Ceará. Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 403 milhões.

O volume total de venda e transporte de energia para o mercado cativo na área de concessão da Coelce no ano de 2017 foi de 9.564 Gwh, uma redução de 666 GWh em relação ao ano de 2016 (10.260 Gwh), a qual foi parcialmente compensada por um maior volume de energia transportada para os clientes livres no ano de 2017, 513 GWh superior ao registrado em 2016. Essa energia transportada gera uma receita para a Coelce através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

A venda de energia no mercado cativo da Companhia foi de 9.594 Gwh no ano de 2017, uma redução de 6,5% quando comparado com 2016 (10.260 Gwh). Essa redução foi motivada, principalmente, pela migração de consumidores cativos comercial e industrial para o mercado livre.

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Coelce. Em 2017, o indicador DEC foi de 8,78, apresentando uma melhoria quando comparado a 2016, devido a instalação de equipamentos de telecontrole, enquanto que o FEC em 2017 ficou em 5,37, apresentando assim uma piora em relação a 2016, devido ao aumento de descargas atmosféricas e degradação de material durante o ano de 2017.

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 13,95% em 2017, um acréscimo de 1,41 p.p. em relação às perdas registradas em 2016, de 12,54%. Este aumento é explicado, principalmente, pela retração da economia do estado que gerou um aumento no furto de energia, em conjunto com o efeito de revisão da metodologia de medição de iluminação pública.

A Coelce investiu R\$ 151 milhões em qualidade do sistema no ano de 2017, e R\$ 34 milhões no combate às perdas.

Com relação ao Demonstrativo de Resultado apresentado na tabela do item h, apresenta-se a seguir as explicações referentes as principais variações ocorridas entre 2017 e 2016.

### **Receita Operacional**

Em 2017, a receita operacional bruta da Coelce foi de R\$ 6.859 milhões, um incremento de R\$ 477 milhões em relação a 2016 (R\$ 6.381 milhões). Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2017, alcançou o montante de R\$ 6,16 bilhões, o que representa um aumento de 4,9% (R\$ 290 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 5,87 bilhões. Este aumento é o efeito líquido dos seguintes fatores:

Ativos e passivos financeiros setoriais (incremento de R\$ 320 milhões): este incremento deve-se, principalmente, aos seguintes fatores: (i) maiores amortizações do passivo regulatório do período passado (2016/2017); e (ii) o aumento do risco hidrológico e dos custos com compra de energia no ano de 2017.

Receita de uso da rede elétrica – consumidores livres - revenda (incremento de R\$ 51 milhões): deve-se ao aumento de 37,9% no volume de energia vendida para o mercado livre da Companhia (1.868 GWh em 2017 versus 1.355 GWh em 2016).

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo (redução de R\$ 83 milhões): esta redução está associada, principalmente, aos seguintes fatores: (i) Efeito do Reajuste Tarifário Anual de 2017, aplicado a partir de 22 de abril de 2017, que incrementou as tarifas da Coelce em 0,15% em média; e (ii) redução de 6,5% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.594 GWh em 2017 versus 10.260 GWh em 2016).

### **Deduções da Receita**

As deduções da receita em 2017 apresentaram um total de R\$ 2.265 milhões, uma redução de R\$ 19 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 2.284 milhões). Esta redução é o efeito das seguintes variações:



Tributos (incremento de R\$ 27 milhões): Esta variação é resultado, principalmente, do aumento da base de cálculo para estes tributos, em função do incremento observado na receita bruta da Companhia entre os períodos analisados.

Encargos Setoriais (redução de R\$ 46 milhões): Esta redução deve-se, principalmente, a aprovação da Resolução homologatória Nº 2.204 de 07/03/2017, que aprovou o orçamento anual da Conta de Desenvolvimento Energético, o qual reduziu o orçamento da CDE-USO em comparação ao orçado no ano anterior.

### **Custo do Serviço/Despesa Operacional**

Os custos e despesas operacionais em 2017 alcançaram R\$ 3.976 milhões, um incremento de R\$ 438 milhões em relação ao mesmo período do ano passado (R\$ 3.538 milhões). Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional da Companhia, em 2017, alcançaram o montante de R\$ 3,28 bilhões, o que representa um aumento de 8,26% (R\$ 250 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 3,03 bilhões. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

Energia Elétrica comprada para Revenda (incremento de R\$ 334 milhões): deve-se, principalmente, a (i) reajustes contratuais, (ii) estorno de provisão de custo de pagamento à UHE Jirau de R\$ 72 milhões no primeiro trimestre de 2016, (iii) maior risco hidrológico, devido a piora do cenário de hidrologia na região nordeste, ocasionando um aumento de preço marginal da operação em 2017 versus 2016.

Redução na rubrica de encargo do Uso da Rede Elétrica (redução de R\$ 30 milhões): se explica, basicamente, por menor custo com ESS (Encargo de Serviço do Sistema) no ano de 2017, devido a um menor despacho térmico fora da ordem de mérito utilizado para preservar a segurança energética do sistema.

Custos e despesas gerenciáveis (incremento de R\$ 133 milhões). Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2017, alcançaram o montante de R\$ 752 milhões, o que representa uma redução de 6,71% (R\$ 54 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 806 milhões:

(i) Redução de 54,5% (R\$ 27 milhões) no custo de desativação de bens se deve ao maior volume de investimentos realizados em 2016 que necessitou realizar troca de equipamentos ainda não totalmente depreciados, gerando assim maior custo de desativação no período anterior.

(ii) Redução de 70,8% (R\$ 80 milhões) na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, principalmente, em função da Companhia ter revisado em 2017 seu critério de constituição de créditos de difícil recebimento. Dentre as principais mudanças destaca-se a revisão do critério de reconhecimento da Provisão para Devedores Duvidosos de clientes residenciais para os quais se observou melhoria no perfil de crédito. Para esses clientes a Companhia passou a provisionar apenas créditos vencidos há mais de 180 dias (anteriormente 90 dias).

(iii) Redução de 71,4% (R\$ 9 milhões) na rubrica de Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas devido, principalmente, a movimentações ocorridas nos processos cíveis e trabalhistas, cuja estimativa de perda passou de provável para possível e remota.

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

(iv) Aumento de 4,6% (R\$ 9 milhões) nas despesas com pessoal, se deve, principalmente, ao reajuste salarial anual de 8,5% aplicado a partir de novembro de 2016, equivalente a 100% do INPC acumulado no período de nov/2015 a out/2016. Ressalta-se ainda que referido índice de reajuste é resultado da negociação do Acordo Coletivo de Trabalho.

(v) Aumento de 9,4% (R\$ 29 milhões) em materiais e serviços de terceiros em razão basicamente de reajustes contratuais e aumento da atividade de operação e manutenção.

(vi) Aumento de 11,2% (R\$ 18 milhões) em depreciação e amortização decorrente de maiores investimentos.

### **EBITDA**

O EBITDA da Coelce em 2017 atingiu o montante de R\$ 793 milhões, o que representa um incremento de R\$ 77 milhões em relação ao ano de 2016. A margem EBITDA da Companhia em 2017 foi de 17,26%, com uma redução de 0,21 p.p. em relação a 2016. A margem EBITDA ex custo de construção da Companhia em 2017 foi de 20,33%, o que representa um incremento de 0,39 p.p. em relação a 2016.

### **Resultado Financeiro**



As despesas financeiras líquidas da Coelce encerraram 2017 em R\$ 76 milhões, um incremento de R\$ 3 milhões em relação ao ano anterior (R\$ 73 milhões). Este incremento é o efeito líquido das seguintes variações:

Renda de aplicação financeira (redução de R\$ 25 milhões): A variação explica-se devido aos seguintes fatores: (i) o CDI, índice que mede a rentabilidade das aplicações financeiras, reduziu no período, acompanhando o movimento da taxa básica de juros (SELIC). O CDI acumulado em 12 meses reduziu de 14,06% em 2016 para 10,06% em 2017; (ii) o caixa médio apresentou uma redução passando de R\$ 245 milhões em 2016 para R\$ 99 milhões no 2017.

Receita de ativo indenizável (redução de R\$ 12 milhões): A variação reflete a redução do IPCA acumulado entre os períodos analisados (6,29% em 2016 versus 2,95% em 2017).

Variações monetárias de ativos e passivos setoriais - receitas/despesas (aumento de despesa líquida em R\$ 19 milhões): Esta variação é devido o saldo líquido ser mais passivo do que ativo ao longo do ano, o que gerou uma despesa.

Variações Monetárias de Dívida – receita/despesa (redução de despesa líquida em R\$ 18 milhões): Esta variação é explicada principalmente pela redução do IPCA entre os anos comparados.

Encargos de Dívidas (redução de R\$ 35 milhões): Esta variação é reflexo de menor saldo médio de dívida durante 2017 e menor CDI, reduzindo assim os encargos entre os períodos analisados.

### **Tributos e Outros**

As despesas com Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Outros (Amortização do Ágio) alcançaram um montante de R\$ 107 milhões em 2017, um incremento de R\$ 14 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 93 milhões). Esta variação é, principalmente, reflexo do aumento da base de cálculo do benefício SUDENE.

### **Lucro Líquido do Período**

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Coelce registrou em 2017 um lucro líquido de R\$ 436 milhões, valor R\$ 43 milhões superior ao registrado no ano de 2016 (R\$ 393 milhões). A Margem Líquida em 2017 alcançou 9,48%. Excluindo-se a receita de custo de construção, a Margem Líquida da Companhia atingiu 11,17% (10,95% em 2016).

### **Endividamento e Liquidez**

A variação da dívida bruta nos últimos 12 meses (posição Dez/2017) deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas (R\$ 500 milhões de debêntures, R\$ 400 milhões de Notas Promissórias e R\$ 75 milhões do crédito agropecuário do Banco do Brasil), em conjunto com a correção monetária de 8 milhões e provisão de encargos de R\$ 94 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 765 milhões e R\$ 95 milhões.

A Coelce encerrou 2017 com o custo médio da dívida de 9,56% a.a., ou CDI - 0,92% a.a.

#### **Colchão de Liquidez**

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 140 milhões em limites abertos de conta garantida e linha comprometida para utilização em operações de curto prazo.

#### **Classificação de Riscos (Rating)**

Em novembro de 2017, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings atribuiu o rating Nacional de longo prazo 'AAA(bra)' à Companhia. A perspectiva do rating é estável.

Em 21 de fevereiro de 2018, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's Rating Services ("S&P") elevou o rating de crédito corporativo da Coelce de longo prazo na Escala Nacional Brasil de 'brAA-' para 'brAAA'. A perspectiva do rating de longo prazo é estável. Além disso, foi elevado também o rating atribuído à terceira emissão de debêntures de 'brAA-' para 'brAAA'.



### Comparativo do Resultado de 2016 x 2015

A Coelce encerrou o ano de 2016 com 3.889.762 unidades consumidoras (“consumidores”), 3,5 % superior ao número de consumidores registrado ao final de 2015. Esse crescimento representa um acréscimo de 132.182 novos consumidores à base comercial da Companhia no ano de 2016. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda) e rural, com mais 20.114 e 19.866 novos consumidores, respectivamente.

Essa evolução reflete o crescimento vegetativo do mercado cativo da Coelce, impulsionado pelo crescimento econômico do Estado do Ceará. Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 327 milhões.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Coelce no ano de 2016 foi de 11.615 GWh, um incremento de 250 GWh em relação ao ano de 2015 (11.365 GWh). Este crescimento é resultado de um efeito conjunto da (i) evolução observada no mercado cativo da Companhia de 115 GWh, e de (ii) um maior volume de energia transportada para os clientes livres no ano de 2016, 135 GWh superior ao registrado em 2015. Essa energia transportada gera uma receita para a Coelce através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

A venda de energia no mercado cativo da Companhia foi de 10.260 GWh no ano de 2016, um aumento de 1,1% comparado com 2015 (10.145 GWh). O principal fator que ocasionou essa evolução no consumo foi o crescimento vegetativo do mercado cativo de 1,1%, que adicionou 38.479 novos consumidores à base comercial cativa da Companhia.

Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Coelce. Em 2016, o DEC foi de 8,81 e o FEC foi de 5,04. Ambos os indicadores apresentaram melhoria em 2016 comparado a 2015 (12,26 para DEC e 6,81 para FEC), explicados principalmente, pelos efeitos de 2015 relacionados as interrupções ocorridas na Rede Básica (eventos externos e não geridos pela Companhia), mas que impactam o fornecimento de energia na área de distribuição da Coelce.

A Coelce investiu R\$ 54 milhões em qualidade do sistema no ano de 2016, e R\$ 35 milhões no combate às perdas.

Com relação ao Demonstrativo de Resultado apresentado na tabela do item h, apresenta-se a seguir as explicações referentes as principais variações ocorridas entre os anos de 2016 e 2015.

### **Receita Operacional**

Em 2016, a receita operacional bruta da Coelce foi de R\$ 6.381 milhões, um incremento de R\$ 67 milhões em relação ao ano de 2015 (R\$ 6.314 milhões). Este aumento é o efeito líquido dos seguintes fatores:

Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo: Alcançou um total de R\$ 5.399 milhões em 2016, um incremento de R\$ 640 milhões comparado com o ano anterior (R\$ 4.759 milhões). Este incremento está associado, principalmente, aos seguintes fatores: (i) Efeito do Reajuste Tarifário Anual de 2016, aplicado a partir de 22 de abril de 2016, que incrementou as tarifas da Coelce em 12,97% em média; e (ii) Aumento de 1,1 % no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (10.260 GWh em 2016 versus 10.145 GWh em 2015).

Ativos e passivos financeiros setoriais: Sofreu uma redução de R\$ 741 milhões em 2016 ( -R\$ 183 milhões), quando comparado com 2015 (R\$ 558 milhões). Esta redução deve-se, principalmente, a contabilização de passivos regulatórios, que serão deduzidos do próximo reajuste tarifário em abril de 2017, em conjunto, com a recuperação dos ativos setoriais que foram constituídos no ano de 2015, e foram contemplados no reajuste tarifário de 2016. Os passivos regulatórios devem-se, principalmente, a um menor custo de compra de energia no ano de 2016 comparado ao que se encontra na tarifa.

### **Deduções da Receita**

As deduções da receita em 2016 apresentaram um total de R\$ 2.284 milhões, um incremento de R\$ 100 milhões em relação ao ano anterior (R\$ 2.184 milhões). Este aumento é o efeito das seguintes variações:

Tributos (ICMS, COFINS e PIS): Acumulou um total de R\$ 1.865 milhões em 2016, um aumento de R\$ 58 milhões frente a 2015 (R\$ 1.807 milhões). Esta variação é resultado, principalmente, do aumento da base de cálculo para estes tributos, em função do incremento observado na receita bruta da Companhia entre os períodos analisados.

Encargos Setoriais (Programa de Eficiência Energética e P&D; Encargo Setorial CDE; Outros impostos e contribuições a receita): Apresentou um montante de R\$ 419 milhões em 2016, um incremento de 11% em relação a 2015 (R\$ 377 milhões). O incremento se deve, principalmente, à elevação substancial da cota, a partir de abril de 2015 (reajuste tarifário de 2015), para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em função do término dos aportes do Tesouro



Nacional para o fundo e a necessidade de cobertura deste déficit.

### **Custo do Serviço/Despesa Operacional**

Os custos e despesas operacionais em 2016 alcançaram R\$ 3.538 milhões, uma redução de R\$ 87 milhões em relação ao ano de 2015 (R\$ 3.626 milhões). Esta redução é o efeito das seguintes variações:

Energia Elétrica comprada para Revenda: Alcançou um montante de R\$ 2.052 milhões em 2016, uma redução de R\$ 264 milhões comparado com 2015 (R\$ 2.315 milhões). Esta redução deve-se ao fato de a Companhia ter realizado, durante o ano de 2016, venda de 1.110 GWh no mercado SPOT contra 177 GWh no mesmo período do ano anterior;

Redução na rubrica de encargo do Uso da Rede Elétrica: Apresentou um total de R\$ 174 milhões em 2016, um aumento de R\$ 24 milhões em relação ao ano anterior (R\$ 198 milhões). Isto se explica, basicamente, por maior custo com ESS (Encargo de Serviço do Sistema) no ano de 2015, devido a um maior despacho térmico a fim de preservar a segurança energética do sistema.

Custos e despesas gerenciáveis:

(i) Pessoal – alcançou o montante de R\$ 153 milhões em 2016, uma redução de 10,7% comparado com 2015 (R\$ 171 milhões). Esta variação se deve a uma maior ativação dos custos de pessoal em função de maiores investimentos ao longo do ano de 2016 e uma redução de 4,0% no número de colaboradores próprios.

(ii) Materiais e Serviços de Terceiros – apresentou um total de R\$ 314 milhões em 2016, um aumento de 13,2% comparado com 2015 (R\$ 277 milhões). Este aumento é consequência, basicamente, de reajustes contratuais e aumento da atividade de operação e manutenção.

(iii) Custo de Desativação de Bens - alcançou o montante de R\$ 49 milhões em 2016, um aumento de 194% em relação ao ano anterior (R\$ 17 milhões). Esta variação deve-se ao elevado montante de investimentos efetuado entre os períodos analisados, que ocasionaram maiores desativações de bens.

(iv) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – apresentou um total de R\$ 113 milhões em 2016, um incremento de 285% comparado com 2015 (R\$ 29 milhões). Este aumento é decorrente dos seguintes efeitos:

- Efeito do Reajuste Tarifário Anual de 2016, aplicado a partir de 22 de abril de 2016, que incrementou as tarifas da Coelce em 12,97% em média;
- Impacto do cenário de desaceleração econômica sobre as finanças dos clientes.
- Constituição de provisão sobre outros serviços regulados (Contribuição de Iluminação Pública e compartilhamento de uso de postes).

### **EBITDA**

O EBITDA da Coelce em 2016 atingiu o montante de R\$ 716 milhões, o que representa um incremento de R\$ 67 milhões em relação ao ano de 2015 (R\$ 649 milhões).

### **Resultado Financeiro**

As despesas financeiras líquidas da Coelce encerraram o ano de 2016 em R\$ 73 milhões, um incremento de R\$ 9 milhões em relação ao ano anterior (R\$ 64 milhões). Este incremento é o efeito líquido das seguintes variações:

- Renda de aplicação financeira (incremento de R\$ 20 milhões): A variação reflete o aumento do caixa médio da companhia entre os períodos comparados.
- Incremento de R\$ 11 milhões na rubrica de receita/despesa do ativo indenizável: O valor registrado em 2016 refere-se à atualização mensal do ativo indenizável pela inflação, acompanhada pelo aumento da base desse ativo.
- Redução de R\$ 37 milhões na rubrica Variação Monetária de ativos e passivos setoriais: Essa variação é decorrente, principalmente, da redução dos ativos e passivos regulatórios devido, principalmente, a um menor custo de compra de energia no ano de 2016 comparado ao que se encontra na tarifa, ocasionando assim, menor atualização financeira desses ativos e passivos.
- Variações Monetárias (redução de R\$ 8 milhões): Esta variação é explicada principalmente pela redução de 4,38 p.p. do IPCA entre os anos comparados.
- Multas (redução de R\$ 12 milhões): Esta variação é explicada principalmente pela redução de multas junto a prefeituras do estado do Ceará.

### **Tributos e Outros**



As despesas com Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Outros (Amortização do Ágio) em 2016 registrou um total de R\$ 93 milhões, um incremento de R\$ 16 milhões em relação ao ano de 2015 (R\$ 77 milhões). Esta variação é, principalmente, reflexo do aumento da base de cálculo para estes tributos.

### **Lucro Líquido do Período**

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Coelce registrou em 2016 um lucro líquido de R\$ 393 milhões, valor R\$ 30 milhões superior ao registrado no ano de 2015.

### **Endividamento e Liquidez**

A dívida bruta da Coelce encerrou o ano de 2016 em R\$ 1.080 milhões, uma redução de R\$ 214 milhões em relação a 2015. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas (R\$ 145 milhões de financiamento com funding de repasse de recursos do BNDES), em conjunto com a correção monetária de 28 milhões e provisão de encargos de R\$ 126 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 390 milhões e R\$ 125 milhões.

### **Colchão de Liquidez**

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 50 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo.

A Coelce encerrou 2016 com o custo médio da dívida de 13,19% a.a., ou CDI - 0,76% a.a. (cerca de 94% CDI).

### **Comparativo do Resultado de 2015 x 2014**

A Coelce encerrou o ano de 2015 com 3.757.580 unidades consumidoras (“consumidores”), 3,7 % superior ao número de consumidores registrado ao final de 2014. Esse crescimento representa um acréscimo de 132.443 novos consumidores à base comercial da Companhia no ano de 2014. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional) e rural, com mais 82.090 novos consumidores.

Essa evolução reflete o crescimento vegetativo do mercado cativo da Coelce, impulsionado pelo crescimento econômico do Estado do Ceará. Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 164 milhões.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o 2015 com um crescimento de 2,5% em relação a 2014.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Coelce em 2015 teve um acréscimo de 1,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa energia (transportada) gera uma receita para a Coelce através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

A venda de energia no mercado cativo da Companhia teve uma evolução de 1,9% em 2015 quando comparado a 2014. Os principais fatores que ocasionaram esse resultado no consumo foram (i) crescimento vegetativo do mercado cativo, compensado parcialmente pelo (ii) o decréscimo de 1,0% na venda de energia per capita no mercado cativo.

Quase todas as classes apresentaram retração de consumo per capita, em função, principalmente, da desaceleração da economia, inflação elevada, desemprego e salários reais em queda, associados aos incrementos significativos pelos quais as tarifas de energia sofreram desde janeiro de 2015. As únicas duas classes que apresentou incremento foi a classe residencial convencional (em função da migração dos consumidores da classe residencial baixa renda que deixaram de atender à certas exigências) e comercial (em função do aquecimento do turismo em função da desvalorização cambial).

A receita operacional bruta da Coelce alcançou um montante de R\$ 6.314 milhões, um incremento de 36,1% em relação ao ano de 2014 (R\$ 4.638 milhões). Esse incremento é resultado dos seguintes principais efeitos:

- Incremento de 31,1% (R\$ 4.759 milhões em 2015 versus R\$ 3.562 milhões em 2014) na receita pelo fornecimento de energia elétrica, em razão principalmente dos seguintes fatores:

(i) Efeito do Revisão Tarifária Extraordinária de 2015, aplicado a partir de 01 de março de 2015, que incrementou as tarifas da Coelce em 10,3% em média;

(ii) Efeito do Reajuste Tarifário Anual de 2015, aplicado a partir de 22 de abril de 2015, que incrementou as tarifas da Coelce em 11,69% em média;





(iii) Descadastramento de aproximadamente 34,0% (em média) dos consumidores Baixa Renda de janeiro de 2015 até dezembro de 2015, reflexo do não atendimento à certas exigências por parte destes consumidores e seu consequente desenquadramento (em termos contábeis, isso significa que houve uma “reclassificação” da rubrica Subsídio Baixa Renda para Fornecimento de Energia Elétrica).

- Incremento de R\$ 252 milhões na rubrica de Valores a Receber da Parcela A e outros itens financeiros, como resultado da adoção do regime de competência na contabilização dos ativos e passivos regulatórios constituídos nos seus resultados e balanços societários (IFRS), após assinatura de termo aditivo ao contrato de concessão (processo nº 48500.0005603/2014-05, publicado no Diário Oficial da União no dia 22 de dezembro de 2014).
- Tendo em vista que a Revisão Tarifária Periódica da Coelce, aplicada a partir de 22 de abril de 2015, não refletia integralmente a metodologia final definida para o 4º ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (2015 – 2019), já que nesta data a metodologia ainda não se encontrava completamente concluída e homologada pelo órgão regulador (ANEEL), a Coelce passou a constituir um ativo regulatório, a partir de maio de 2015, relativo à melhor estimativa da Companhia referente aos valores a receber, a partir de 22 de abril de 2016, em função da aplicação retroativa dos efeitos da metodologia final do 4º ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas. Em 2015, o montante total constituído foi de aproximadamente R\$ 80,7 milhões. Este valor transita no resultado da Companhia na rubrica de Valores a Receber da Parcela A e outros itens financeiros.

As deduções da receita tiveram um incremento de R\$ 1.164 milhões em relação ao mesmo período de 2014. Esse incremento se deve, principalmente, às seguintes variações:

- Incremento de R\$ 832 milhões em tributos: Esta variação é resultado, principalmente, do aumento da base de cálculo para estes tributos, em função do incremento observado na receita bruta da Companhia entre os períodos analisados. Além disso para as linhas de PIS e COFINS além do incremento da receita bruta da Companhia, houve o reconhecimento no resultado societário (IFRS) dos valores a receber da parcela A e outros itens financeiros, a partir de dezembro de 2014, por força de aditivo ao contrato de concessão, e que passaram a entrar para a base de cálculo, além da publicação da Lei 12.973/14, que a partir de 2015 mudou o regime de competência destas rubricas e passaram a ser tributados por competência e não mais por regime de caixa.
- Acréscimo de R\$ 329 milhões nos encargos setoriais, conforme informações disponíveis na DFP de 31/12/2015: O incremento se deve, principalmente, à elevação substancial da cota para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em função do término dos aportes do Tesouro Nacional para o fundo e a necessidade de cobertura deste déficit.

Os custos e despesas operacionais sofreram acréscimo de 16,7% (R\$ 519 milhões). Este aumento ocorreu, principalmente, pelas seguintes variações:

- Acréscimo de 14,6% nos custos e despesas não gerenciáveis (R\$ 319 milhões), impactado principalmente pelo aumento em 10,1% na rubrica de energia elétrica comprada para revenda (R\$ 211,6 milhões).
- Acréscimo de R\$ 107,8 milhões na rubrica de Encargo do Uso da Rede Elétrica: Com a redução do preço teto do PLD a partir de janeiro de 2015, uma maior quantidade de térmicas foram despachadas fora da ordem de mérito, refletindo em uma maior incidência do ESS.

Incremento de 21,9% nos custos e despesas gerenciáveis (R\$ 200 milhões), explicado por:

- Aumento de 22% (R\$ 171 milhões versus R\$ 140 milhões) nas despesas com pessoal (R\$ 31 milhões): Essa variação se deve, principalmente, ao efeito do dissídio coletivo aplicativo em outubro de 2015 (INPC + 0,5%).
- Incremento de R\$ 26 milhões na rubrica de provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 29 milhões versus R\$ 3 milhões), justificado principalmente, pelo aumento da inadimplência entre o período comparado em função dos seguintes efeitos:

(i) Efeito do Revisão Tarifária Extraordinária de 2015, aplicado a partir de 02 de março de 2015, que incrementou as tarifas da Coelce em 10,28% em média;

(ii) Efeito do Reajuste Tarifário Anual de 2015, aplicado a partir de 22 de abril de 2015, que incrementou as tarifas da Coelce em 11,69% em média;

(iii) Entrada em vigor do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que durante todo o último trimestre de 2015 manteve a bandeira vermelha, devido ao custo marginal de operação (CMO), incluindo aquelas em função de segurança energética, ter sido superior a R\$ 388,48 MWh;



(iv) Descadastramento de aproximadamente 34,0% (em média) dos consumidores Baixa Renda de janeiro de 2015 até dezembro de 2015, reflexo do não atendimento à certas exigências por parte destes consumidores e seu consequente desenquadramento, fazendo com que estes clientes perdessem o benefício da Tarifa Social;

(v) Impacto do aumento da inflação real e do cenário de desaceleração econômica sobre as finanças dos clientes.

O EBITDA da Coelce, em dezembro de 2015, atingiu o montante de R\$ 649 milhões\*, o que representa uma redução de R\$ 47 milhões em relação ao ano de 2014.

O resultado financeiro da Coelce, ao término de 2015, teve uma redução de R\$ 208 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, como resultado das seguintes variações relevantes:

- Incremento de R\$121 milhões nas receitas financeiras, explicadas principalmente por:

(i) Incremento de 52% (R\$ 21 milhões) na rubrica de acréscimo moratório sobre conta de energia: A variação reflete, principalmente, um maior pagamento de faturas em atraso pelos consumidores, reflexo dos aumentos tarifários observados no período, associados à desaceleração econômica do país.

(ii) Incremento de R\$ 45 milhões na rubrica Variação Monetária Parcela A e outros itens financeiros: Essa variação se deve, principalmente, à atualização financeira dos ativos a receber da parcela A e outros itens financeiros, devido à assinatura do aditivo ao contrato de concessão, alteração que permitiu à Coelce e demais distribuidoras contabilizar nos seus resultados e balanços societários (IFRS), pelo regime de competência, os ativos e passivos regulatórios constituídos. O termo aditivo ao contrato de concessão, processo nº 48500.0005603/2014-05, foi publicado no Diário Oficial da União no dia 22 de dezembro de 2014.

- Redução de 25,6% nas despesas financeiras (R\$ 86,9 milhões), principalmente, por:

(i) Incremento de 47,1% (R\$ 126 milhões versus R\$ 86 milhões) em encargos de dívidas (R\$ 40 milhões): Este incremento deve-se principalmente ao aumento da dívida bruta da companhia entre o período comparado, em conjunto com a variação de +3,16 p.p. do CDI médio entre o 4T15 e o 4T14.

(ii) Redução de R\$ 15 milhões em multas decorrente do recálculo realizado pela ANEEL sobre a multa aplicada pela ARCE (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará) referente a serviços de manutenção e iluminação pública prestados pela Companhia às prefeituras.

(iii) Incremento de R\$ 18,6 milhões na rubrica de variações monetárias: Esta variação é explicada principalmente pelo aumento em 10,5% das dívidas indexadas em IPCA entre os trimestres comparados, incidente sobre uma maior base de cálculo para as variações monetárias neste trimestre, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

#### Colchão de Liquidez

No ano de 2014, foi autorizada pela Aneel a realização de operações de mútuo da Enel Brasil para a Coelce, com o objetivo de assegurar a liquidez da companhia em caso de necessidade, no montante de até R\$ 200 milhões e prazo máximo de 2 anos. Além disso, para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia tem a seu dispor R\$ 190 milhões em linhas de crédito abertas com bancos, em caráter irrevogável (linhas comprometidas), para utilização com prazo máximo de captação de 2 anos, além de R\$ 50 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo.

A dívida bruta da Coelce encerrou o ano de 2015 em R\$ 1.294 milhões, um incremento de R\$ 34 milhões em relação a 2014. Esta variação deve-se, basicamente, a novas captações de dívidas (R\$ 87 milhões em linhas bancárias e R\$ 55 milhões de recursos oriundos do BNDES), compensada, em parte, por amortizações ocorridas no período, que alcançaram R\$ 155 milhões.

A Companhia encerrou 2015 com o custo médio da dívida de 13,09% a.a., equivalente a cerca de CDI + 0,47% a.a. (cerca de 104% CDI).



## 10.2. Os diretores devem comentar:

### a. resultados das operações do emissor, em especial:

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita;

A receita da Companhia dos exercícios findos em 2015, 2016, 2017 é composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Coelce. Além disso, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Ceará (área de concessão da Coelce). Os Diretores entendem que o consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, uma vez que são diretamente dependentes do desempenho da economia. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

#### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

### **2017**

Em 2017, a receita pelo fornecimento de energia elétrica atingiu um montante de R\$ 5.321 milhões, representando 77,6% da receita bruta total. Neste período, a receita oriunda do fornecimento de energia elétrica foi impactada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- (i) Efeito do Reajuste Tarifário Anual de 2017, aplicado a partir de 22 de abril de 2017, que incrementou as tarifas da Coelce em 0,15% em média; e
- (ii) redução de 6,5% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.594 GWh em 2017 versus 10.260 GWh em 2016).

Outro fator que impactou a receita em 2017 foram os ativos e passivos financeiros setoriais, onde foram registrados maiores amortizações do passivo regulatório do período passado (2016/2017) que serão refletidos no próximo reajuste tarifário em abril de 2018. Além disso, os ativos regulatórios devem-se, principalmente, a um maior custo de compra de energia em 2017 em relação ao que se encontra na tarifa.

### **2016**

Em 2016, a receita pelo fornecimento de energia elétrica impactou de forma significativa a receita bruta da Companhia, atingindo um montante total de R\$ 5.399 milhões. Neste período, a receita oriunda do fornecimento de energia foi impactada pelo reajuste tarifário anual de 2016, aplicado a partir de 22 de abril de 2016, que incrementou as tarifas da Coelce em 12,97%, em média, aliado ao aumento de 1,1% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (10.260 GWh em 2016 versus 10.145 GWh em 2015).

A receita operacional bruta da companhia em 2016 também foi impactada pelo aumento da Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica, que atingiu um montante total de R\$ 132 milhões (versus R\$ 101 milhões registrados em 2015), resultado, principalmente, do aumento da base de clientes livres da Companhia.

Os efeitos acima expostos foram parcialmente compensados pela maior contabilização de passivos regulatórios no período, os quais são deduzidos no reajuste tarifário do ano seguinte (abril de 2017), e recuperação dos ativos setoriais que foram constituídos no ano de 2015, os quais foram contemplados no reajuste tarifário de 2016. Os passivos regulatórios devem-se, principalmente, a um menor custo de compra de energia no ano de 2016 comparado ao que se encontra na tarifa do respectivo ano.



## **2015**

Em 2015, a receita pelo fornecimento de energia elétrica atingiu um montante de R\$ 4.759\* milhões, representando 75% da receita bruta total. Neste período, a receita oriunda do fornecimento de energia elétrica foi impactada, principalmente, pelos seguintes fatores:

(i) Efeito da Revisão Tarifária Extraordinária de 2015, aplicado a partir de 01 de março de 2015, que incrementou as tarifas da Coelce em 10,3% em média;

(ii) Efeito do Reajuste Tarifário Anual de 2015, aplicado a partir de 22 de abril de 2015, que incrementou as tarifas da Coelce em 11,69% em média;

(iii) Descadastramento de aproximadamente 34,0% (em média) dos consumidores classificado na categoria Residencial Baixa Renda de janeiro de 2015 até dezembro de 2015, reflexo do não atendimento à certas exigências por parte destes consumidores e seu consequente desenquadramento (em termos contábeis, isso significa que houve uma "reclassificação" da rubrica Subsidio Baixa Renda para Fornecimento de Energia Elétrica).

(iv) Incremento de R\$ 252 milhões (R\$ 558 milhões em 2016 x R\$ 306 milhões em 2014) na rubrica de Valores a Receber da Parcela A e outros itens financeiros, como resultado da adoção do regime de competência na contabilização dos ativos e passivos regulatórios constituídos nos seus resultados e balanços societários (IFRS), após assinatura de termo aditivo ao contrato de concessão (processo nº 48500.0005603/2014-05, publicado no Diário Oficial da União no dia 22 de dezembro de 2014).

(v) Tendo em vista que a Revisão Tarifária Periódica da Coelce, aplicada a partir de 22 de abril de 2015, não refletia integralmente a metodologia final definida para o 4º ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (2015 – 2019), já que nesta data a metodologia ainda não se encontrava completamente concluída e homologada pelo órgão regulador (ANEEL), a Coelce passou a constituir um ativo regulatório, a partir de maio de 2015, relativo à melhor estimativa da Companhia referente aos valores a receber, a partir de 22 de abril de 2016, em função da aplicação retroativa dos efeitos da metodologia final do 4º ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas. Em 2015, o montante total constituído foi de aproximadamente R\$ 80,7 milhões.

\* valor apresentado conforme com as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) divulgadas pela Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

## **b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;**

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Coelce e regulados pela Aneel. Tais mecanismos preveem revisões tarifárias a cada quatro anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Além disso, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

Além desses fatores, alterações no ambiente regulatório também podem impactar a receita da Companhia.

### **Bandeiras Tarifárias**

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. No ano de 2017, as bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

*Bandeira verde:* condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

*Bandeira amarela:* condições de geração menos favoráveis.

De 01/02/2016 à 31/01/2017 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;



A partir de 01/02/2017 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.203/2017)

*Bandeira vermelha:* condições mais custosas de geração.

De 01/02/2016 à 31/01/2017 – A tarifa passou a ter dois patamares de acréscimo (R\$ 3,00 ou R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos);

De 01/02/2017 à 31/10/2017 - A tarifa dos dois patamares passou a ser R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 3,50 (patamar 2) para cada 100 kWh consumidos. (REH 2.203/2017)

A partir de 01/11/2017 - A tarifa da bandeira patamar 2 passou a ser R\$ 5,00 para cada 100 kWh consumidos (Audiência Pública 061/2017).

### **Revisão Tarifária Ordinária**

A Companhia passou pelo 4º ciclo de revisão tarifária, com data base em 22 de abril de 2015, conforme previsto no contrato de concessão. A ANEEL definiu as tarifas, através da Resolução Homologatória nº 1.882/2015. Essa definição conduz a um efeito tarifário médio para os consumidores cativos da distribuidora de 11,69%, que tem a seguinte composição:

(i) Reposicionamento tarifário de 4,50%;

(ii) Adição de componentes financeiros para o período 2015-2016 de 6,67%;

(iii) Exclusão dos componentes financeiros do reajuste de 2014, um impacto positivo de 0,52%.

A Revisão Tarifária foi aprovada em caráter provisório e seus resultados definitivos serão conhecidos juntos ao processo tarifário de 2016. Assim, em 12 de abril de 2016, a ANEEL aprovou, através da resolução homologatória nº 2.061, o resultado definitivo da quarta Revisão da Coelce.

A revisão definitiva resultou num reposicionamento tarifário com financeiros de 25,64%, sendo 18,97% referentes ao reposicionamento econômico e 6,67% (seis vírgula sessenta e sete por cento) relativos aos componentes financeiros.

A diferença de receita resultante da aplicação, durante o período de 22 de abril de 2015 a 21 de abril de 2016, em caráter provisório, das tarifas homologadas pela Resolução Homologatória nº 1.882 de 14 de abril de 2015, foi adicionado como componente financeiro no reajuste tarifário de 22 de abril de 2016.

### **Reajuste Tarifário**

Em 19 de abril de 2016 a Resolução homologatória nº 2.065 homologou os resultados do Reajuste Tarifário da Coelce de 2016. O reajuste homologado representou um efeito médio para os consumidores de 12,97%, tendo a seguinte composição: (i) reposicionamento tarifário de 10,01%; (ii) adição de componentes financeiros para o período 2016-2017 de 10,03%; e (iii) subtração de componentes financeiros do período 2015-2016, correspondentes a -7,07%. As novas tarifas passaram a vigorar em 22 de abril de 2016.

Em 22 de abril de 2017, o reajuste tarifário médio foi de 0,15%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 2.223, de 18 de abril de 2017, com vigência até 21 de abril de 2018. Para os consumidores de baixa tensão, haverá uma redução em torno de 0,39%. Já para os clientes de média e alta tensão, o reajuste foi cerca de 1,44%.

### **c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.**

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 10.2. b, o resultado operacional da Coelce é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de commodities sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação e a taxa de juros afetam os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de algumas dívidas a serem corrigidos pela inflação e/ou estarem atrelados à taxa de juros básica.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada. As oscilações nos preços da energia comprada e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL são reconhecidos nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de inflação. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida significativa denominada em moeda estrangeira.



**10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a. introdução ou alienação de segmento operacional;**

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária;**

Não aplicável em razão de não ter havido constituição, aquisição ou alienação de participação societária no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

**c. eventos ou operações não usuais.**

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

**10.4. Os diretores devem comentar:**

**a. mudanças significativas nas práticas contábeis.**

**2017**

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As Demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que, por sua vez, estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As Demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado; Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Contingências e Benefício a empregados.

A elaboração de Demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas Demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das Demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das Demonstrações contábeis.

**2016**

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.



As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: (A) Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado; e (B) instrumentos financeiros disponíveis para venda; contingências e benefício a empregados.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras.

## **2015**

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data de transação a data das demonstrações financeiras são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### **b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis;**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos últimos três exercícios sociais, que é a data mais atualizada da Companhia referente ao exercício social corrente.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela CVM e pelo CPC, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados no preparo dessas Demonstrações Financeiras, em todos os períodos apresentados.

### **c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.**

## **2017**

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - Coelce em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



## 2016

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - Coelce em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 2015

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - Coelce em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

Os diretores esclarecem que a preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir, os Diretores apresentam e comentam apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

- Tributos diferidos sobre os lucros

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os Diretores declaram que os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. O tributo diferido passivo é reconhecido integralmente. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano Estratégico da Companhia. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros que são: i) tarifa de energia; ii) crescimento da demanda; iii) resultado financeiro líquido

- Provisão para crédito de liquidação duvidosa

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

- Provisão para contingências





A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

- Avaliação da perda do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível  
Os Diretores consideram que existem incertezas relacionadas com as premissas utilizadas na mensuração do valor recuperável do ativo, inclusive recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.
- Mensuração dos benefícios definidos:

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- (i) Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- (ii) Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais

**10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;*
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;*
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;*
- iv. contratos de construção não terminada;*
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos;*

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes aos últimos três exercícios sociais.

**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;**

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.



**b. natureza e o propósito da operação;**

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

*i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;*

O plano de investimentos da Companhia está focado em projetos que visam atender o crescimento de mercado com a exigência de novas conexões.

Em 2017, foram conectados cerca de 127 mil clientes a rede da Companhia, quando comparamos com o final de 2016.

Em 2016, foram conectados cerca de 132 mil clientes a rede da Companhia, totalizando mais 380 mil clientes nos últimos três anos. Investimentos na qualidade do serviço com ênfase em tecnologia e no combate as perdas de energia também estão entre as prioridades da Companhia.

Os investimentos previstos para o exercício de 2018 não estão aqui divulgados, uma vez que a Companhia não realiza divulgação de projeções para o mercado.

Segue abaixo os investimentos realizados referentes aos três últimos exercícios sociais:

<b>Investimentos (R\$ Mil)</b>	<b>Exercício findo em 31/12/2017</b>	<b>Exercício findo em 31/12/2016</b>	<b>Exercício findo em 31/12/2015</b>
Novas Conexões	402.624	327.454	176.875
Rede	185.227	124.999	83.963
Combate às Perdas	33.961	35.419	35.764
Qualidade do Sistema Elétrico	151.266	89.580	48.199
Outros	128.810	112.266	107.191
Variação de Estoque	(259)	(28.615)	83.745
<b>Total Investido</b>	<b>716.402</b>	<b>536.104</b>	<b>451.774</b>
Aportes / Subsídios	(37.183)	(23.464)	(25.107)
<b>Investimento Líquido</b>	<b>679.219</b>	<b>512.640</b>	<b>426.667</b>

*Novas Conexões (Crescimento Vegetativo).*

Significa o atendimento a clientes de demanda em pontos distintos das instalações de extensão de novas conexões.

Qualidade do Sistema Elétrico

Referem-se aos projetos voltados à melhoria da qualidade do fornecimento a clientes, para cumprimento aos padrões estabelecidos pelo órgão regulador mediante regulamentações de qualidade de serviço. Neste caso, fundamentalmente incluem-se os projetos de investimento para melhorar ou aumentar a capacidade das instalações existentes.

Combate às Perdas

Projetos orientados a redução das perdas técnicas e das perdas comerciais (fraudes, anomalias em medições, etc.). Tratam-se de projetos para aplicação de novas tecnologias nas construções de redes em substituição das redes existentes, cujo efetivo seja melhorar a efetividade do controle de perdas.

*Outros.* Este conceito se aplica a todos os projetos de investimentos comerciais (diferente dos sistemas informáticos) e projetos gerais como as melhorias nas propriedades, aquisição de móveis, equipamentos de escritório, equipamentos de ar condicionado e qualquer outro projeto que não se inclua nos itens acima.



Com a exclusão dos investimentos no programa Luz para Todos (PLTP) que vigeu de 2004 até 2011, a Companhia possui um portfólio de investimentos estável ao longo dos anos, tendo em vista a maturidade de seus ativos e o estágio de desenvolvimento (eficiência e benchmark) em que se encontra. Para os próximos anos, a Companhia estima manter este nível médio de investimentos.

*ii. fontes de financiamento dos investimentos;*

A geração de caixa oriunda das atividades da Coelce, é a principal fonte de recursos para suprir o custeio e os investimentos de sua operação.

Além da geração de fluxos de caixa próprio, a companhia geralmente busca financiamentos subsidiados de bancos de fomento como BNDES e BNB, instituições de desenvolvimento como Eletrobrás, créditos de outras instituições financeiras e emissões de dívida no mercado de capitais para financiar seus investimentos.

*iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.*

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;**

Não aplicável, considerando que não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

**c. novos produtos e serviços, indicando:**

*i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;*

*ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;*

*iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;*

*iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.*

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

**10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



## Anexo II – Destinação do Lucro líquido

### 1. Informar o lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício 2017	435.779.239,00
---------------------------------	----------------

### 2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	2017 R\$	2016 R\$	2015 R\$
Montante Global	84.989.331,00	155.100.440,69	72.097.633,70
Valor por Ação	1,09163194	1,99216293	0,92604658

### 3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Percentual do lucro líquido do exercício distribuído	25%
--	-----

Para o cálculo de dividendos a distribuir, foi deduzido do lucro líquido R\$ 95.877.913,00 (noventa e cinco milhões, oitocentos e setenta e sete mil, novecentos e treze reais) a ser destinada à reserva de Incentivo Fiscal; e foi acrescido ao lucro líquido o valor de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), referente aos dividendos prescritos nos termos do art. 195-A da Lei 6.404/76, e do art. 69 da Instrução Normativa nº 267/02.; sendo, portanto, o lucro líquido ajustado passível de distribuição no valor de R\$ 339.957.326,00 (trezentos e trinta e nove milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e vinte e seis reais), o qual propõe-se destiná-lo da seguinte forma: (i) o montante de R\$ 84.989.331,00, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento de dividendos, os quais, em sendo aprovados pela Assembleia Geral Ordinária, serão pagos até 31 de dezembro de 2018; (ii) o saldo remanescente, no valor de R\$ 254.967.994,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos e sessenta e sete mil, novecentos e noventa e quatro reais), deduzido o valor de R\$ 4.855.454,00 (quatro milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais), correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho/perda atuarial), propõe-se que seja destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia, nos termos do art. 29 II d) do Estatuto Social.

### 4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A proposta não contempla distribuição de dividendos com base em lucros anteriores.

### 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

#### a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Natureza	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais classe A	Ações Preferenciais classe B
Dividendos	R\$ 1,09163194	R\$ 1,09163194	R\$ 1,09163194

#### b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento dos dividendos deverá ser feito até 31/12/2018.

#### c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio



Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

26 de abril de 2018.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não há montante de dividendos já declarados

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não há montante de dividendos já declarados

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

	2017 R \$	2016 R \$	2015 R \$
<b>Lucro Líquido</b>	<b>435.779.239,00</b>	<b>393.056.601,13</b>	<b>363.069.602,83</b>
<b>Lucro Líquido por Ação</b>	5,59729710	5,04855297	4,66338974
Lucro Líquido por Ação Ordinária	5,59729710	5,04855297	4,66338974
Lucro Líquido por Ação Preferencial A	5,59729710	5,04855297	4,66338974
Lucro Líquido por Ação Preferencial B	5,59729710	5,04855297	4,66338974

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

	2017 R \$	2016 R \$	2015 R \$
<b>Dividendos</b>	<b>84.989.331,00</b>	<b>155.100.440,69</b>	<b>72.097.633,70</b>
<b>Proventos Totais p/ Ação (Ordinárias e Preferenciais A e B)</b>	1,09163194	1,99216293	0,92604658

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

Não houve destinação de montante à reserva legal, tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Não houve destinação de montante à reserva legal, tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Conforme previsto no Estatuto Social da companhia, são asseguradas as ações preferenciais prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) para as da Classe A e 10% (dez por cento) para as de



classe B, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

O lucro líquido passível de distribuição do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não há parcela não paga. Eventual parcela não paga seria não cumulativa.

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Dividendos Propostos ref. Lucro de 2017	Valor
Ordinária	52.472.495,27
Preferencial A	30.841.549,68
Preferencial B	1.675.286,05

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Dividendos Mínimo Obrigatório ref. Lucro de 2017	Valor
Ordinária	52.472.495,27
Preferencial A	30.841.549,68
Preferencial B	1.675.286,05

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

O Estatuto Social da companhia prevê, em seu artigo 29, (b) a distribuição de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas, respeitados os percentuais previstos no Estatuto para as ações preferenciais.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

O montante distribuído de dividendos será correspondente ao mínimo previsto no Estatuto Social da companhia.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não há retenção de dividendos. A companhia está pagando percentual referente ao dividendo mínimo.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

**a. Informar o montante da retenção**

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive,**



## **aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

### **c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

## **12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

### **a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

### **b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

### **c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

### **d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

## **13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

### **a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

### **b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

## **14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

### **a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

O artigo 29, (ii), d) do Estatuto Social estabelece uma reserva de reforço de capital de giro. É destinado para essa reserva eventual lucro não distribuído por deliberação da Assembleia Geral, conforme disposto no Estatuto.

### **b. Identificar o montante destinado à reserva**

R\$ 250.112.540,00 será destinado a reserva de reforço de capital de giro.

### **c. Descrever como o montante foi calculado**

O montante não distribuído a título de dividendos, representando 75% do lucro líquido passível de distribuição, será utilizado para a reserva de reforço de capital de giro.

## **15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**



**a. Identificar o montante da retenção**

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para reserva de capital.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para reserva de capital.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a. Informar o montante destinado à reserva**

O valor de R\$ 95.877.913,00 (noventa e cinco milhões, oitocentos e setenta e sete mil, novecentos e treze reais) será destinada à reserva de Incentivo Fiscal.

**b. Explicar a natureza da destinação**

A Companhia goza de incentivos fiscais (benefício SUDENE) com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2017.





## Anexo III – Item 13 do Formulário de Referência (Remuneração da Administração)

### 13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a. objetivos da política ou prática de remuneração;**

De acordo com o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, cabe a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia fixar o montante global ou individual da remuneração dos membros da sua administração.

Adicionalmente, a política de remuneração da Companhia é estipulada considerando, para cada cargo, conhecimentos exigidos, complexidade e das atividades e resultados específicos.

A filosofia e as políticas de remuneração se aplicam aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, bem como aos membros da diretoria da Companhia.

**b. composição da remuneração, indicando:**

*i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;*

Conselho de Administração

Dentre os membros do conselho de administração da Companhia, o conselheiro representante dos empregados e os conselheiros independentes fazem retirada por reunião participada, cujo valor tem como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação dos respectivos conselheiros, com base na contribuição do tempo de tais conselheiros para o melhor desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Já os demais membros do Conselho de Administração, que não os indicados acima, não recebem remuneração por participação em reuniões, uma vez que os mesmos já recebem remuneração mensal pelos demais cargos efetivamente ocupados por estes na Companhia e/ou em empresas do grupo Enel, controladora da Companhia.

Para os membros do Conselho de Administração, não há pacote de benefícios e pagamento de remuneração variável.

Diretoria

Os componentes da remuneração dos membros da diretoria da Companhia e a proporção de cada elemento na remuneração total estão descritos a seguir:

**Salário-base:** salário nominal, também definido como a remuneração fixa, pago mensalmente pela posição que ocupam, tendo como objetivo o tempo e a dedicação do diretor, bem como sua experiência e contribuição para o desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia;

**Remuneração variável:** bônus baseado em metas corporativas e individuais e pagamento anual, cujo objetivo compartilhar os riscos e os resultados do negócio com os executivos da Companhia, alinhando os interesses da estratégia da Companhia aos de seus executivos, bem como reconhecendo o desempenho dos diretores ao longo do ano; e

**Benefícios:** compõem a remuneração indireta de curto prazo. A Companhia oferece benefícios, tais como: (a) assistência médico-hospitalar; (b) assistência odontológica; (c) seguro de vida; (d) previdência complementar; (e) check-up médico; e (f) veículo designado para cargos de alta liderança (apenas para diretoria da Companhia), com objetivo de atender às práticas usualmente vistas em empresas no mercado em geral.



### Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é constituída em sua totalidade de remuneração por reunião participada, não fazendo jus a recebimento de benefícios diretos ou indiretos, cujo valor tem como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação dos respectivos membros do Conselho Fiscal.

*ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total;*

Para a diretoria da Companhia a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

	<b>Exercício findo em 31/12/2015</b>	<b>Exercício findo em 31/12/2016</b>	<b>Exercício findo em 31/12/2017</b>
Remuneração fixa	49%	65%	58%
Remuneração variável	47%	26%	34%
Benefícios	5%	9%	8%

Para os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e que fazem retirada por reunião participada a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

	<b>Exercício findo em 31/12/2015</b>	<b>Exercício findo em 31/12/2016</b>	<b>Exercício findo em 31/12/2017</b>
Remuneração por participação em reuniões	100%	100%	100%
Remuneração variável	0%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	0%

Não existem comitês da Companhia ou estruturas organizacionais assemelhadas da Companhia, mesmo que não estatutários, que remunerem seus membros.

*iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;*

A metodologia de cálculo para o reajuste da remuneração total da diretoria é definida pelo acionista controlador (Enel Brasil S.A.) considerando os índices de inflação do ano anterior, o posicionamento do profissional no mercado, a equidade interna e o desempenho do executivo.

*iv. razões que justificam a composição da remuneração;*

Práticas de mercado, legislação e diretrizes do acionista controlador.

As práticas de mercado relacionam-se diretamente com a remuneração da Diretoria. Assim, a partir dos resultados de pesquisas elaboradas com base em salários regionais, empresas de faturamento similar ou ramo de atividade, avalia-se a adequação da remuneração de cada membro às estruturas de faixas salariais de acordo com o cargo exercido.

Ressalta-se que a determinação da remuneração da Diretoria, excetuando os benefícios e remunerações variáveis, reflete na definição da remuneração global dos membros do Conselho Fiscal, pois conforme diretrizes aprovadas em assembleia geral, o valor da remuneração de cada membro do referido conselho deverá ser equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for efetivamente para a cada Diretor. Em Assembleia Geral também é determinada a remuneração dos membros do Conselho de Administração, bem como o montante máximo, entre remunerações fixa e variável, a ser distribuído e individualizado entre os membros Administradores da Companhia.

*v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.*



Os membros do Conselho de Administração que são indicados pelo controlador da Companhia não recebem remuneração por participação em reuniões, uma vez que os mesmos já recebem remuneração mensal pelos demais cargos efetivamente ocupados por estes na Companhia e/ou em empresas do grupo Enel, controladora da Companhia.

**c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;**

Para Diretoria, a remuneração na forma de salário-base e benefícios não estão relacionados a indicadores de desempenho, vez que seguem práticas de mercado, conforme mencionado no item b (iv) acima.

A remuneração variável é baseada em indicadores de desempenho, tais como (entre outros): geração operacional de caixa; lucro líquido; DEC (Duração Equivalente por Consumidor); FEC (Frequência Equivalente por Consumidor); pesquisa ABRADEE (ISQP); cobrabilidade; dívida vencida; índice de perdas; clima laboral; acidentes - taxas de frequência e gravidade; orçamento (investimento + OYM + pessoal).

**d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;**

O salário-base e os benefícios não são alterados, pois seguem práticas do mercado (conforme descrito acima). A remuneração variável está diretamente relacionada aos resultados de desempenho corporativos e individuais.

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo;**

A remuneração fixa segue padrões de mercado. A remuneração variável está composta por indicadores de desempenho, os quais estão alinhados com os objetivos da Companhia, para garantir a sua sustentabilidade no curto, médio e longo prazo.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;**

A Diretoria da Companhia possui remuneração suportada por algum(s) de seu(s) acionista(s) controlador(s) diretos ou indiretos, conforme divulgado no item 13.15.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.**

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão;
- b. número total de membros;
- c. número de membros remunerados;
- d. remuneração segregada em:
  - i. remuneração fixa anual, segregada em:
    - salário ou pró-labore;
    - benefícios diretos e indiretos;
    - remuneração por participação em comitês;
    - outros.



ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus;
- participação nos resultados;
- remuneração por participação em reuniões;
- comissões;
- outros.

iii. benefícios pós-emprego;

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo;

v. remuneração baseada em ações, incluindo opções.<sup>27</sup>

e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária<sup>28</sup> e do conselho fiscal;

f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.<sup>29</sup>

Conselho de Administração (Valores em R\$)	2015	2016	2017	2018 (Máximo Previsto)
Número de membros	11	11	11	11
<b>Remuneração Fixa Anual</b>	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	-	-	-	-
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável</b>	<b>126.720,00</b>	<b>108.715,50</b>	<b>88.928,12</b>	<b>320.385,45</b>
Bônus	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	126.720,00	108.715,50	88.928,12	320.385,45
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
<b>Remuneração total Conselho de Administração</b>	<b>126.720,00</b>	<b>108.715,50</b>	<b>88.928,12</b>	<b>320.385,45</b>

Mês	Nº Membros (1)
Janeiro	11
Fevereiro	11
Março	11
Abril	11
Maio	11
Junho	11
Julho	11
Agosto	11
Setembro	11
Outubro	11
Novembro	11
Dezembro	11
<b>Soma</b>	<b>132</b>
<b>Média</b>	<b>11,00</b>

(1) Membros do Conselho de Administração

Diretoria Estatutária (Valores em R\$)	2015	2016	2017	2018 (Máximo Previsto)
Número de membros	11	10	11	11
<b>Remuneração Fixa Anual</b>	<b>6.605.214,51</b>	<b>5.493.087,46</b>	<b>5.065.119,43</b>	<b>15.879.946,19</b>
Salário ou pró-labore	5.993.061,78	4.829.542,89	4.439.087,10	13.917.236,35
Benefícios diretos e indiretos	612.152,73	663.544,57	626.032,33	1.962.709,83
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável</b>	<b>5.997.805,11</b>	<b>1.971.296,15</b>	<b>2.720.153,09</b>	<b>8.528.107,82</b>
Bônus	5.997.805,11	1.971.296,15	2.720.153,09	8.528.107,82
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
<b>Remuneração total da Diretoria Estatutária</b>	<b>12.603.019,62</b>	<b>7.464.383,61</b>	<b>7.785.272,52</b>	<b>24.408.054,01</b>

Mês	Nº Membros (2)
Janeiro	10
Fevereiro	10
Março	10
Abril	10
Maio	10
Junho	10
Julho	10
Agosto	10
Setembro	10
Outubro	10
Novembro	10
Dezembro	10
<b>Soma</b>	<b>120</b>
<b>Média</b>	<b>10</b>

(2) Membros da Diretoria



Conselho Fiscal (Valores em R\$)	2015	2016	2017	2018 (Máximo Previsto)
Número de membros	3	3	3	3
<b>Remuneração Fixa Anual</b>	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	-	-	-	-
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável</b>	<b>164.859,88</b>	<b>177.018,17</b>	<b>178.678,53</b>	<b>379.560,99</b>
Bônus	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	164.859,88	177.018,17	178.678,53	379.560,99
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
<b>Remuneração total Conselho Fiscal</b>	<b>164.859,88</b>	<b>177.018,17</b>	<b>178.678,53</b>	<b>379.560,99</b>

Mês	Nº Membros (3)
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
<b>Soma</b>	<b>36</b>
<b>Média</b>	<b>3</b>

(3) Membros do Conselho Fiscal

	2015	2016	2017	2018 (Máximo Previsto)
Total Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal	12.894.599,50	7.750.117,28	8.052.879,17	25.108.000,46

**13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>30</sup>:**

- a. órgão;
- b. número total de membros;
- c. número de membros remunerados;
- d. em relação ao bônus:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração;
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração;
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.
- e. em relação à participação no resultado:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração;
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração;
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.

Não há remuneração variável para os membros do Conselho de Administração, nem para os membros do Conselho Fiscal.



Diretoria Estatutária Coelce	2015	2016	2017
Número de membros	11	10	11
Bônus:	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	8.996.707,67	2.628.394,87	3.626.870,79
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	7.497.256,39	2.190.329,06	3.022.392,32
Valor efetivamente reconhecido no resultado	5.997.805,11	1.971.296,15	2.720.153,09
Em relação à participação no resultado:	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
Remuneração total da Diretoria Estatutária	5.997.805,11	1.971.296,15	2.720.153,09

#### Remuneração Variável prevista para o exercício social corrente 2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	11	-	11
Bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	10.233.729,39	-	10.233.729,39
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	8.528.107,82	-	8.528.107,82
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-

#### 13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- termos e condições gerais;
- principais objetivos do plano;
- forma como o plano contribui para esses objetivos;
- como o plano se insere na política de remuneração do emissor;
- como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo;
- número máximo de ações abrangidas;
- número máximo de opções a serem outorgadas;
- condições de aquisição de ações;
- critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;
- critérios para fixação do prazo de exercício;
- forma de liquidação;
- restrições à transferência das ações;
- critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano;
- efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (stock option) para seus executivos.

#### 13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>31</sup>:

- órgão;



- b. número total de membros;
- c. número de membros remunerados;
- d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
  - i. data de outorga;
  - ii. quantidade de opções outorgadas;
  - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis;
  - iv. prazo máximo para exercício das opções;
  - v. prazo de restrição à transferência das ações;
  - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
    - em aberto no início do exercício social;
    - perdidas durante o exercício social;
    - exercidas durante o exercício social;
    - expiradas durante o exercício social;
- e. valor justo das opções na data de cada outorga;
- f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (stock option) para seus executivos.

**13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão;
- b. número de membros;
- c. número de membros remunerados;
- d. em relação às opções ainda não exercíveis:
  - i. quantidade;
  - ii. data em que se tornarão exercíveis;
  - iii. prazo máximo para exercício das opções;
  - iv. prazo de restrição à transferência das ações;
  - v. preço médio ponderado de exercício;
  - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social.
- e. em relação às opções exercíveis:
  - i. quantidade;
  - ii. prazo máximo para exercício das opções;
  - iii. prazo de restrição à transferência das ações;
  - iv. preço médio ponderado de exercício;
  - v. valor justo das opções no último dia do exercício social;
  - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (stock option) para seus executivos.

**13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão;
- b. número de membros;
- c. número de membros remunerados;
- d. em relação às opções exercidas informar:
  - i. número de ações;
  - ii. preço médio ponderado de exercício;
  - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas.
- e. em relação às ações entregues informar:
  - i. número de ações;
  - ii. preço médio ponderado de aquisição;
  - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.



A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (stock option) para seus executivos.

**13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

- modelo de precificação;
- dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;
- método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado;
- forma de determinação da volatilidade esperada;
- se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (stock option) para seus executivos.

**13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.**

Companhia	Conselho de Administração Em 31/12/2017	Conselho Fiscal Em 31/12/2017	Diretoria Estatutária Em 31/12/2017
<b>De Emissão da Própria Companhia</b>	<b>16</b>	<b>3.001</b>	<b>1</b>
Ações Ordinárias	4	0	0
Ações Preferenciais Classe A	12	3.001	1
Ações Preferenciais Classe B	0	0	0
<b>Controladores Diretos ou Indiretos</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Enel Brasil S/A	2	0	0
<b>Sociedades Controladas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Sociedades sob Controle Comum</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Ampla Energia e Serviços S/A – Ações Ordinárias	0	0	0
EGP Cachoeira Dourada S/A – Ações Preferenciais e Ordinárias	0	0	0
Centrais Geradoras Termoeletrica Fortaleza S/A – Ações Ordinárias	0	0	0
Companhia de Interconexão Energética S/A – Ações Ordinárias	0	0	0

**13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

- órgão;
- número de membros;
- número de membros remunerados;
- nome do plano;
- quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar;
- condições para se aposentar antecipadamente;
- valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;
- valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;





i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

O Conselho de Administração não apresenta plano de previdência diferenciado. Em relação à Diretoria estatutária, informamos o que segue:

	<b>Exercício social findo em 31/12/2017</b>
<b>a) Órgão</b>	Diretoria Estatutária
<b>b) Número de membros</b>	2
<b>c) Número de membros remunerados</b>	2
<b>d) Nome do plano</b>	Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano de Contribuição Definida – Plano CD
<b>e) Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar</b>	2
<b>f) Condições para se aposentar antecipadamente</b>	No Plano de Benefícios Definidos o participante pode aposentar-se pelo plano desde que tenha, no mínimo, 50 anos de idade; 30 anos de contribuição para o INSS, se homem, e 25 anos, se mulher; 15 anos de filiação ao Plano e esteja desligado do empregador; No Plano de Contribuição Definida pode aposentar-se desde que tenha, no mínimo, 10 anos de vínculo com o empregador; 5 anos de filiação ao Plano; idade mínima de 48 anos, se mulher, e 50, se homem, e estar desligado do patrocinador.
<b>g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores</b>	2.919.028
<b>h) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores</b>	177.348,05
<b>i) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições</b>	O resgate é permitido em ambos os Planos, entretanto no Plano BD o participante só terá direito ao total de contribuições vertidas pelo próprio, enquanto que no Plano CD, além de resgatar 100% das suas contribuições, o participante tem direito a uma parcela das contribuições efetuadas pelo empregador. O resgate só é permitido após o desligamento da patrocinadora (COELCE).

**13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**

- a. órgão;
- b. número de membros;
- c. número de membros remunerados;
- d. valor da maior remuneração individual;
- e. valor da menor remuneração individual;
- f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados).



	Exercício social findo em 31/12/2015	Exercício social findo em 31/12/2016	Exercício social findo em 31/12/2017
	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Número de membros	11	10	11
Número de membros remunerados	6	4	9
Valor da maior remuneração	4.376.506,18	2.851.415,70	1.325.219,63
Valor da menor remuneração	717.941,06	1.090.645,56	1.203.033,97
Valor médio da remuneração	1.379.925,91	1.608.754,28	1.264.126,80

	Exercício social findo em 31/12/2015	Exercício social findo em 31/12/2016	Exercício social findo em 31/12/2017
	Conselho de Administração	Conselho de Administração	Conselho de Administração
Número de membros	11	11	11
Número de membros remunerados	9	9	9
Valor da maior remuneração	14.080,00	12.079,50	32.185,83
Valor da menor remuneração	14.080,00	12.079,50	32.185,83
Valor médio da remuneração	14.080,00	12.079,50	32.185,83

	Exercício social findo em 31/12/2015	Exercício social findo em 31/12/2016	Exercício social findo em 31/12/2017
	Conselho Fiscal	Conselho Fiscal	Conselho Fiscal
Número de membros	3	3	3
Número de membros remunerados	3	3	3
Valor da maior remuneração	54.953,29	59.006,06	66.466,14
Valor da menor remuneração	54.953,29	59.006,06	66.466,14
Valor médio da remuneração	54.953,29	59.006,06	66.466,14

**13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.**

Nos casos de dispensa sem justa causa ou por motivo de reorganização societária, não existe nenhuma previsão contratual de pagamento de indenização nem de manutenção de benefícios, além dos previstos em lei.

Entretanto, o pagamento de indenizações, benefícios e/ou consultoria de recolocação profissional, fica a critério e liberalidade da Companhia, desde que haja orçamento disponível para essa finalidade.

**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**



<b>Conselho de Administração</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Remuneração Total Conselho de Administração	126.720,00	108.715,50	88.928,12
% da remuneração total para partes relacionadas aos controladores	0%	0%	1%

<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Remuneração Total Diretoria Estatutária	12.603.019,62	7.464.383,61	7.785.272,52
Remuneração Diretores Coelce (apenas)	8.279.555,48	6.274.282,60	2.835.864,91
Remuneração dos Diretores que também são Diretores da Enel Brasil	4.323.464,14	1.190.101,01	4.949.407,61
% da remuneração total para partes relacionadas aos controladores	34%	16%	64%

<b>Conselho Fiscal</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Remuneração Total Conselho Fiscal	164.859,88	177.018,17	178.678,53
% da remuneração total para partes relacionadas aos controladores	0%	0%	0%

**13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.**

Não ocorreu nenhum pagamento dessa natureza nos 3 últimos exercícios sociais.

**13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:**



<b>Conselho de Administração</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Remuneração em:</b>	-	-	-
Controladores Diretos e Indicadores	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-
Sociedades sob Controle Comum	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-
Controladas	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-

<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Remuneração em:</b>			
Controladores Diretos e Indicadores	997.349,35	1.128.832,86	1.033.355,53
Fixa	486.093,68	739.148,32	603.968,83
Variável	511.255,67	389.684,54	429.386,70
Sociedades sob Controle Comum	4.356.738,94	3.923.148,70	7.150.962,70
Fixa	2.123.411,67	2.568.838,02	4.179.547,56
Variável	2.233.327,27	1.354.310,68	2.971.415,14
Controladas	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-

<b>Conselho Fiscal</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>Remuneração em:</b>	-	-	-
Controladores Diretos e Indicadores	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-
Sociedades sob Controle Comum	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-
Controladas	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-

**Exercício social 2017 - remuneração recebida em função do exercício do cargo emissor**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	-	<b>1.033.355,53</b>	-	<b>1.033.355,53</b>
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	<b>7.150.962,70</b>	-	<b>7.150.962,70</b>

**Exercício social 2017 - demais remunerações, especificando a que título foram atribuídas**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-



**Exercício social 2016 - remuneração recebida em função do exercício do cargo emissor**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	-	<b>1.128.832,86</b>	-	<b>1.128.832,86</b>
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	<b>3.923.148,70</b>	-	<b>3.923.148,70</b>

**Exercício social 2016 - demais remunerações, especificando a que título foram atribuídas**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

**Exercício social 2015 - remuneração recebida em função do exercício do cargo emissor**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	-	<b>997.349,35</b>	-	<b>997.349,35</b>
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	<b>4.356.738,94</b>	-	<b>4.356.738,94</b>

**Exercício social 2015 - demais remunerações, especificando a que título foram atribuídas**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Todas as informações relevantes foram divulgadas a este item foram divulgadas nos itens acima.



**Anexo IV – Informações relativas aos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração indicados pelos acionistas. Item 12.5 a 12.10**

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a) nome
- b) idade
- c) profissão
- d) CPF ou número do passaporte
- e) cargo eletivo ocupado
- f) data de eleição
- g) data da posse
- h) prazo do mandato
- i) outros cargos ou funções exercidos no emissor
- j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não



Conselho de Administração

Nome	Idade	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Ou Funções Exercidas no Emissor	Indicação se foi eleito pelo Controlador
Francesco Amadei	54	Engenheiro Elétrico	YA7693657	Membro Titular do Conselho de Administração	26/04/2018	26/04/2018	AGO de 2019	Não há	Sim

Membro Independente	Critério Utilizado pelo emissor para determinar a independência	Número de mandatos consecutivos	Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos	Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Qualquer condenação criminal	Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Outros Cargos ou Funções Exercidas no Emissor
Não	N/A	N/A	De 2008 a 2014, atuou como Responsável de Engenharia e Padronização na Enel Distribuição. Desde novembro de 2014, é Diretor Geral de Infraestrutura e Redes Ibérica	Diretor Geral de Infraestrutura e Redes Ibérica	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há

Conselho Fiscal

Nome	Idade	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções exercidas no Emissor	Indicar se foi eleito pelo Controlador
Jorge Parente Frota Junior	72	Economista	001841793-00	Membro Titular do Conselho Fiscal	26/04/2018	26/04/2018	01ano	Não há	Sim
Antonio Cleber Uchoa Cunha	64	Engenheiro	053.637.133-49	Membro Titular do Conselho Fiscal	26/04/2018	26/04/2018	01ano	Não há	Sim
Antonio Cleto Gomes	57	Advogado	136.627.323-00	Membro Suplente do Conselho Fiscal	26/04/2018	26/04/2018	01ano	Não há	Sim
Aldemir Ferreira de Paula Augusto	45	Advogado	620.303.374-04	Membro Suplente do Conselho Fiscal	26/04/2018	26/04/2018	01ano	Não há	Sim



Membro Independente	Critério Utilizado pelo emissor para determinar a independência	Número de mandatos consecutivos	Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos	Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Qualquer condenação criminal	Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Outros Cargos ou Funções Exercidas no Emissor
Sim	Critério utilizado conforme definição do IBGC	2	Ocupou o cargo de Diretor Comercial na Companhia Brasileira de Laticínios - CBL, onde atualmente é Sócio-Diretor. Foi Presidente do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENA/CE, Diretor Regional do Serviço Social da Indústria - SES/CE, Diretor Regional do Instituto Euvaldo Lodi-IEL/ CE e Membro do Conselho Temático da Integração Nacional da Confederação Nacional da Indústria - FIEC.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há
Sim	Critério utilizado conforme definição do IBGC	12	Desde outubro de 1997 é Cônsul Honorário do Chile em Fortaleza. Ocupou o cargo de Diretor da União das Classes Produtoras do Ceará-UCP e Membro do Conselho Curador da Fundação Apinco de Ciência e Tecnologia Avícolas-FACTA, em Campinas-SP. Foi Membro do Conselho de autoridade portuária do porto de Mucuripe, do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará, do Conselho do SEBRAE, do Conselho de representantes da FIEC, do Pacto de Cooperação do Estado do Ceará, do Conselho Estadual do Trabalho do Ceará, do Conselho de Administração da Coelce e do Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE. Atualmente ocupa o cargo de Vice-Presidente da Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Estado do Ceará-FACIC e é Secretário das Finanças no município do Maracanãu – CE.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há
Sim	Critério utilizado conforme definição do IBGC	N/A	Sócio-Diretor de Cleto Gomes – Advogados Associados desde 1992.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há
Sim	Critério utilizado conforme definição do IBGC	12	Associado gerente das filiais de Fortaleza (CE) e Recife (PE) do escritório profissional De Rosa Siqueira, Almeida, Barros Barreto e Advogados Associados S/C, atua como especialista em Direito Tributário, Comercial e Societário.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há





**12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

Conselho de Administração - Não aplicável.

Conselho Fiscal

<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Presença do Conselheiro / Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse</b>	<b>% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse</b>
Antonio Cleber Uchoa Cunha	04/05	80%
Jorge Parente Frota Junior	05/05	100%

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários**

A Companhia não possui comitês da natureza especificada neste item.

**12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

A Companhia não possui comitês da natureza especificada neste item.

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. administradores do emissor – não há
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor - não há
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor – não há
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor – não há

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social – não há
- b. controlador direto ou indireto do emissor – não há.



c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas – não há.



## Anexo V - Aprovação da realização do aumento de capital da Companhia

Nos termos previstos no artigo 14 da Inst. CVM 481 de 2009, com redação dada pela Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015.

**a) Informar valor do aumento e do novo capital social**

R\$ 125.100.000,00 (cento e vinte e cinco milhões e cem mil reais) – aumento do capital social.

R\$ 741.046.885,77 (setecentos e quarenta e um milhões, quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos) – novo capital social.

**b) Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações**

Capitalização de lucros ou reservas.

**c) Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas**

Considerando que o saldo das reservas de lucros, após a proposta de destinação do lucro deliberada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2018, ultrapassará o limite que trata do artigo 199 da Lei 6.404/76, a Companhia propõe que seja deliberado em Assembleia Geral Extraordinária sobre a capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, no valor de R\$ 125.100.000,00 (cento e vinte e cinco milhões e cem mil reais).

**d) Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal**

Não aplicável.

**e) Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas**

- **Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas** – Não implicará em alteração do valor nominal das ações da Companhia.
- **Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal** – Sem modificação do número de ações da Companhia.

**f) Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976**

Não aplicável.



## Anexo VI - Aprovação da modificação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia

### COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Companhia aberta  
CNPJ N.º 07.047.251/0001-70  
NIRE N.º 23300007891

O Conselho de Administração da **Companhia Energética do Ceará - COELCE** (“Coelce” ou “Companhia”) submete aos acionistas da Companhia a proposta da administração sobre a matéria que será deliberada na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 26/04/2018, nos termos a seguir expostos:

Proposta da administração para alteração do artigo 5º do Estatuto Social.

**Nos termos do previsto nos incisos I e II do artigo 11 da Inst. CVM 481 de 2009, a Administração apresenta o estatuto social atual, demonstrando, em destaque, as alterações propostas, bem como, as respectivas justificativas:**

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<b>CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES</b>	<b>CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES</b>	Sem alteração.
<b>ARTIGO 5º</b> - O Capital Social é de R\$615.946.885,77 (seiscentos e quinze milhões, novecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos), constituído por 77.855.299 (setenta e sete milhões, oitocentas e cinqüenta e cinco mil, duzentas e noventa e nove) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 48.067.937 (quarenta e oito milhões, sessenta e sete mil, novecentas e trinta e sete) ações ordinárias e 29.787.362 (vinte e nove milhões, setecentas e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e duas) ações preferenciais, estas divididas em duas classes: 28.252.700 (vinte e oito milhões, duzentas e cinqüenta e duas mil e setecentas) ações preferenciais “Classe A” e 1.534.622 (um milhão, quinhentas e trinta e quatro mil, seiscentas e vinte e duas) ações preferenciais “Classe B”.	<b>ARTIGO 5º</b> - O Capital Social é de R\$741.046.885,77 (setecentos e quarenta e um milhões, quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos), constituído por 77.855.299 (setenta e sete milhões, oitocentas e cinqüenta e cinco mil, duzentas e noventa e nove) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 48.067.937 (quarenta e oito milhões, sessenta e sete mil, novecentas e trinta e sete) ações ordinárias e 29.787.362 (vinte e nove milhões, setecentas e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e duas) ações preferenciais, estas divididas em duas classes: 28.252.700 (vinte e oito milhões, duzentas e cinqüenta e duas mil e setecentas) ações preferenciais “Classe A” e 1.534.622 (um milhão, quinhentas e trinta e quatro mil, seiscentas e vinte e duas) ações preferenciais “Classe B”.	Capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, no valor de 125.100.000,00 (cento e vinte e cinco milhões e cem mil reais), tendo em vista que o saldo das reservas de lucros, após a proposta de destinação do lucro deliberada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de fevereiro de 2018, ultrapassará o limite que trata do artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6404/76.